



PREGÃO ELETRÔNICO

003/2026 (90003)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

(989221)

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, COM MOTORISTA, PARA ATENDER À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, SOB DEMANDA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 43.356.035,32 (QUARENTA E TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, TRINTA E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br



1 Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9. DO TERMO DE CONTRATO	13
10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	14
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	16
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
13. DO REAJUSTE	18
14. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO	19
15. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO	21
16. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21
17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22
18. DOS RECURSOS	23
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	24
20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27
22. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;	27
23. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;	28
24. ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;	28
25. ANEXO IV – ANÁLISE DE RISCO	28

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
(Processo Administrativo nº 01125.00002875/2025-03)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhões, com motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- 2.2.1. Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação – órgão gerenciador;
- 2.2.2. Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente;
- 2.2.3. Secretaria Municipal de Esportes;
- 2.2.4. Secretaria Municipal de Cultura.
- 2.2.5. Companhia Municipal de Trânsito e Transporte

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total anual do lote;

5.1.2. Quantidade cotada;

5.1.2.1. Não havendo quantidade mínima a ser cotada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero vírgula um por cento).**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 6.10. Para esta licitação, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.2. empresas brasileiras;
 - 6.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
 - 6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5. O contrato será gerido pela Gerência de Frota - Unidade Gestora da Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, responsáveis pela coordenação técnica operacional, administrativa e econômica através dos gestores e fiscais, em consonância com Gestor da Pasta.

FISCALIZAÇÃO

- 10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 10.7. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:
- 10.7.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;
 - 10.7.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;
 - 10.7.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
 - 10.7.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
 - 10.7.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
 - 10.7.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;
 - 10.7.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

- 10.7.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- 10.7.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;
- 10.7.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
- 10.7.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 10.7.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 09 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 48.980/2023, CABE AO GESTOR:

- 10.8. São competências do gestor do contrato:
- 10.9. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 10.10. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 10.11. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 10.12. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 10.13. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 10.14. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 10.15. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 10.16. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 10.17. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 10.18. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 10.19. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;
- 10.20. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 10.21. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 10.22. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 10.23. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

- 10.24. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 10.25. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 10.26. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 10.27. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 10.28. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 10.29. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 10.30. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 10.31. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 10.32. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 10.33. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.
- 10.34. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.35. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.36. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 11.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

- 11.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
- 11.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.
- 11.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.5.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 11.5.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
- 11.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.11. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 12.1.1. o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:
 - 12.1.1.1. o registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no § 5º deste artigo, nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, todos deste Decreto;
 - 12.1.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
 - 12.1.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere § 4º deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
 - 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

12.6. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

12.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme artigo 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

13.2. O reajuste acontecerá através da aplicação do índice IPCA/IBGE.

13.3. A data-base para aplicação do reajuste corresponderá à data do orçamento estimado da contratação, tomando-se por referência as planilhas orçamentárias elaboradas pela Administração, fundamentadas em composições e insumos extraídos de bases oficiais e reconhecidas, tais como SINAPI, SICRO, bem como composições próprias da Prefeitura de Anápolis, todas com data de referência em 16 de março de 2026.

13.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo/apostilamento.

13.7. Para solicitação do reajuste a CONTRATADA deverá protocolar na Gerência de Frota o pedido de reajustamento, informando para:

13.7.1. Reajuste dos preços da locação dos veículos:

13.7.1.1. O índice apurado no período, sua fonte e planilha com os preços reajustados, para obter autorização legal através de ato administrativo, que formalizará o reajuste por apostilamento;

13.7.1.2. Os preços unitários serão reajustados pelo índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que vier a substituí-lo, nos termos da Legislação Federal em Vigor;

13.7.1.3. A data base para início do novo reajuste referente à locação será contada a partir do requerimento por parte do contratado.

13.7.1.4. Os reajustes subsequentes observarão a data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concebido e estarão sujeitos à anualidade prevista nos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº. 10.192/2001.

13.7.1.5. O reajuste do preço da locação dos veículos será obtido pela simples multiplicação do preço unitário mensal da locação, pelo respectivo índice acumulado no período de 12 (doze) meses, IPCA;

13.7.1.6. Em hipótese alguma será admitida retroatividade para fins de reajustamento.

13.7.2. Repactuação dos Preços da mão de obra dos Motoristas e Operadores:

13.7.2.1. Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes da classe, planilha com os preços reajustados;

13.7.2.2. O preço da mão de obra dos motoristas será reajustado, com base no Art. 55, inciso II da IN nº 5, de 25 de maio de 2017, conforme a data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos;

13.7.2.3. A repactuação do preço da mão de obra dos operadores será obtida pela simples multiplicação do valor mensal do turno, pelo respectivo índice de reajuste salarial constante no referido Acordo Coletivo de Trabalho da categoria.

13.8. O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de 30 (trinta) dias.

14. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

14.1. Conforme artigos 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

14.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a

execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

14.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

14.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

14.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

14.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

14.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

14.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

14.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

14.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

14.9. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.

14.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

14.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

14.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

14.13. Liberado o fornecedor na forma do 13.11 o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

14.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

14.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

15. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

15.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

15.1.1. for liberado;

15.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

15.1.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.5. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

15.1.6. não aceitar o preço revisado pela Administração.

15.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

15.2.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

15.2.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

15.2.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

15.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

16. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

16.2. O remanejamento somente será feito:

16.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

16.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

16.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput deste artigo.

16.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

16.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

16.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

17.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

17.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

17.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

17.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

17.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

17.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

17.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Dos limites para as adesões

17.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

17.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

18. DOS RECURSOS

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

18.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

18.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

18.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 18.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 19.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do **Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023**.
- 19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:
- 19.2.1. advertência;
 - 19.2.2. multa;
 - 19.2.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 19.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 19.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
 - 19.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 19.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 19.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
- 19.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e
 - 19.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 19.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 19.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.
- 19.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.
- 19.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

19.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

19.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

19.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.10.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

19.10.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.11. Considera-se inexecução total do contrato:

19.12. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

19.13. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

19.14. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

19.14.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

19.14.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

19.14.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

19.14.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

19.15. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

19.16.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.16.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.16.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

19.16.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.16.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.17. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

19.18. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.19. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

19.20. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

19.21. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

19.22. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

19.22.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

19.22.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

19.22.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

19.23. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

19.24. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

19.25. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

19.26. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

19.27. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

19.28. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.
- 20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 20.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.
- 21.11. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência do Edital.
- 21.12. Para eventuais dúvidas, a Diretoria de Compras e Licitações disponibiliza atendimento via WhatsApp, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, pelo número (62) 9978-7308.
- 21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

- 22.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.



- 23. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;**
- 24. ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**
- 25. ANEXO IV – ANÁLISE DE RISCOS.**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Condições Gerais da Contratação

1.1 Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhões, com motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.1.1 As especificações técnicas, unidades de fornecimento, quantitativos estimados e descrição sucinta, integrante deste Termo de Referência.

Tabela 01, das quantidades totais:

Especificações	Lote	Descrição sucinta dos serviços a serem executados	Quant.
LIMPEZA URBANA			
CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 01	Coleta, carga, transporte e descarga de entulhos, resíduos, galhadas, terra e demais materiais provenientes da limpeza urbana.	15
CAMINHÃO COM SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO E VÁCUO PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS COM CAPACIDADE TOTAL DE 15.600 L, 188 KW - TAMPA ARTICULÁVEL TRASEIRA COM ABERTURA POR PISTÕES HIDRÁULICOS E TRAVAMENTO HIDRÁULICO SEM NECESSIDADE DE FECHOS BORBOLETAS, DUAS VÁLVULAS DE ESFERA COM DIÂMETRO NOMINAL DE 4" E ENGATE PARA MANGOTE DE SUÇÃO DIÂMETRO 4" PARA SUÇÃO E DESCARGA, BASCULAMENTO HIDRÁULICO DO TANQUE, BOMBA DE VÁCUO ACIONAMENTO HIDRÁULICO DA BOMBA DE VÁCUO E SISTEMA AUXILIARES, TOMADA DE FORÇA ACOPLADA NO CÂMBIO DO VEÍCULO, ACELERADOR EXTERNO PARA MOTOR, COMANDOS HIDRÁULICOS LOCALIZADOS NA PARTE TRASEIRA DO EQUIPAMENTO, 20 METROS DE MANGOTE DE SUÇÃO EM DOIS LANCES COM DIÂMETRO 4", SINALEIRO ROTATIVO, FAROLES DIRECIONÁVEIS, 02 MONTADOS NA TRASEIRA PARA ILUMINAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO.	LOTE 01	Limpeza, desobstrução e sucção de resíduos em bueiros, bocas de lobo, poços de visita e galerias de drenagem pluvial.	4
CAMINHÃO PARA EQUIPAMENTO DE LIMPEZA A SUÇÃO, COM CAMINHÃO TRUCADO DE PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE LIMPADORA A SUÇÃO, TANQUE 12000 L - CARRETEL PARA ARMAZENAMENTO DE MANGUEIRA DE 25 MM, 20MM E 12,5 MM, PARA USO COM PISTOLA DE HIDROJATEAMENTO, PAINEL DE COMANDO. ACESSÓRIOS PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/ÁGUAS PLUVIAIS: 120 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO EM LANCE ÚNICO COM DIÂMETRO DE (1"), COM RESPECTIVAS CONEXÕES, 01 PISTOLAS MANUAL PARA HIDROJATEAMENTO, BICOS PARA PISTOLAS PARA DESOBSTRUÇÃO, 20 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO 12,5 MM (1/2") PARA PISTOLA.	LOTE 01	Sucção, remoção e transporte de lama, areia, sedimentos e detritos acumulados em redes e dispositivos de drenagem.	4
CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3 - BARRA IRRIGADEIRA, ESGUICHOS BICO DE PATO, CARRETEL DE 30M A 60M DE COMPRIMENTO COM MANGUEIRA DE 1 ½ POLEGADA COM ESGUICHO REGULÁVEL, MANGOTE DE SUÇÃO, SAÍDA POR PRESSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, BOMBA ACIONADA POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA A CAIXA DE MARCHAS DO VEÍCULO.	LOTE 01	Transporte e distribuição de água para lavagem de vias e espaços públicos, irrigação e controle de poeira.	5
PAVIMENTAÇÃO			
CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 13.071 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 02	Transporte e descarga de massa asfáltica, brita, areia, solo, fresado e demais insumos utilizados nos serviços de pavimentação.	9
CAMINHÃO COMBOIO 4 X 2, PARA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES COM CAPACIDADE DE 5.000 L, PBT 16.000 KG E DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, 136 KW, COM CONTAOR DE LITROS - CONDIÇÃO DE TRABALHO SEVERA	LOTE 02	Abastecimento de combustíveis e lubrificantes para máquinas, veículos e equipamentos nas frentes de serviço.	4
CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M	LOTE 02	Transporte de materiais, ferramentas, equipamentos, peças e demais cargas secas de apoio às equipes de pavimentação.	6
CAVALO MECÂNICO COM SEMIRREBOQUE COM CAPACIDADE DE 32 T - 302 KW	LOTE 02	Transporte de cargas pesadas, máquinas, equipamentos e insumos de grande porte para apoio às obras viárias.	2

ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - TANQUE ISOTÉRMICO REVESTIDO COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, SISTEMA DE AQUECIMENTO POR SERPENTINAS, MAÇARICOS DE ALTA PRESSÃO ALIMENTADOS POR ÓLEO DIESEL, COMPRESSOR DE AR, TANQUE DIESEL PRESSURIZADO PARA ALIMENTAÇÃO DOS MAÇARICOS, BARRA ESPARGIDORA COM CIRCUITO FECHADO DIVIDIDO EM 03 PARTES E COMPARTIMENTO TOTAL DE 3,60 M, SISTEMA HIDRÁULICO ACIONADO POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA NA CAIXA DE CÂMBIO DO VEÍCULO, BOMBA DE RECALQUE E ACESSÓRIOS: CONTA GIRO – QUINTA RODA – LANÇA MANUAL 2,20 M, 06 M DE MANGUEIRA COM REGISTRO RÁPIDO – TERMÔMETRO – PRÉ-FILTRO.	LOTE 02	Aplicação de emulsão asfáltica e ligantes betuminosos em serviços de imprimação, pintura de ligação e tratamentos superficiais.	2
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	LOTE 02	Armazenamento e manutenção de ligantes asfálticos para abastecimento e suporte contínuo às frentes de pavimentação.	1
SERVIÇOS URBANOS			
CAMINHÃO GUINDAUTO COM CESTO AÉREO E CAPACIDADE DE ELEVÇÃO DE 5,7 T E CARROCERIA DE 8,5 T, 136 KW - CARROCERIA METÁLICA COM ASSOALHO EM CHAPA ANTIDERRAPANTE E GAVETAS COM TRANCAS ANTIFURTO. VEÍCULO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO ARTICULADO (TIPO MUNCK), INTEGRADO A CESTO AÉREO DUPLO EM FIBRA COM INSTALAÇÃO ORIGINAL DE FÁBRICA. O CESTO AÉREO DEVE SER ISOLADO, COM ISOLAMENTO MÍNIMO DE 46 KV, DOTADO DE COMANDOS DE OPERAÇÃO POR ALAVANCA DUPLA NA BASE E NO PRÓPRIO CESTO. O BRAÇO HIDRÁULICO ARTICULADO, COM DUAS LANÇAS, DEVE POSSUIR ALTURA MÍNIMA DE TRABALHO DE 12 METROS E ALCANCE LATERAL MÍNIMO DE 7,60 METROS A PARTIR DO GIRO, COM GIRO CONTÍNUO DE 360°. O SISTEMA DEVE CONTAR COM ESTABILIZADORES HIDRÁULICOS, ILUMINAÇÃO AUXILIAR EM LED PARA OPERAÇÃO NOTURNA E GIROFLEX ÂMBAR DE ALTA VISIBILIDADE, COM ACIONAMENTO INTERNO. O CONJUNTO DEVE ATENDER INTEGRALMENTE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA NR-12 E NR-35, SENDO ADEQUADO PARA SERVIÇOS EM ALTURA E MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS.	LOTE 03	Elevação de pessoal e materiais para execução de serviços em altura, como manutenção urbana, poda e intervenções em iluminação pública.	7
CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA. BARRA IRRIGADEIRA, ESGUICHOS BICO DE PATO, CARRETEL DE 30M A 60M DE COMPRIMENTO COM MANGUEIRA DE 1 ½ POLEGADA COM ESGUICHO REGULÁVEL, MANGOTE DE SUÇÃO, SAÍDA POR PRESSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, BOMBA ACIONADA POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA A CAIXA DE MARCHAS DO VEÍCULO.	LOTE 03	Transporte e distribuição de água para lavagem de vias, apoio a serviços urbanos, irrigação e controle de poeira.	5
CAMINHÃO TIPO BAÚ, TRAÇÃO 4X2, MOTOR A DIESEL 156CV, PBT 8000 KG, CARGA ÚTIL DE 5000 KG, CARROCERIA EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5 METROS, COM PORTA LATERAL E TRASEIRA.	LOTE 03	Transporte protegido de ferramentas, materiais, equipamentos e insumos diversos utilizados nos serviços urbanos.	10
GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8500 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 30,4 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 14,30 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TRUCADO PBT 23.000 KG, POTÊNCIA DE 256 CV E CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	LOTE 03	lçamento, movimentação, carga, descarga e posicionamento de materiais, estruturas e equipamentos em serviços urbanos.	3
CAMINHÃO DE RESGATE DE VEÍCULOS DE PORTE MÉDIO COM CAPACIDADE DO GUINCHO DE 20 T - 236 KW	LOTE 03	Remoção, resgate e transporte de veículos de porte médio avariados, imobilizados ou em situação irregular.	2
TERRAPLANAGEM			
CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 04	Transporte e descarga de grandes volumes de terra, cascalho, areia, material de escavação e bota-fora em serviços de terraplanagem.	10
CAMINHÃO PIPA 14.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 16.540 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 256 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - BARRA IRRIGADEIRA, ESGUICHOS BICO DE PATO, CARRETEL DE 30M A 60M DE COMPRIMENTO COM MANGUEIRA DE 1 ½ POLEGADA COM ESGUICHO REGULÁVEL, MANGOTE DE SUÇÃO, SAÍDA POR PRESSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, BOMBA ACIONADA POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA A CAIXA DE MARCHAS DO VEÍCULO.	LOTE 04	Umidificação de solo, controle de poeira, apoio à compactação e abastecimento de água nas frentes de terraplanagem.	5
CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	LOTE 04	Transporte de materiais, ferramentas, equipamentos e cargas diversas de apoio às atividades de terraplanagem.	4

Tabela 02, das quantidades mínimas estabelecida :

Especificações	Lote	Quant.
LIMPEZA URBANA		
CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 01	3

CAMINHÃO COM SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO E VÁCUO PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS COM CAPACIDADE TOTAL DE 15.600 L - 188 KW	LOTE 01	1
CAMINHÃO PARA EQUIPAMENTO DE LIMPEZA A SUCÇÃO, COM CAMINHÃO TRUCADO DE PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE LIMPADORA A SUCÇÃO, TANQUE 12000 L	LOTE 01	1
CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3	LOTE 01	1
PAVIMENTAÇÃO		
CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 13.071 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 02	2
CAMINHÃO COMBOIO 4 X 2, PARA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES COM CAPACIDADE DE 5.000 L, PBT 16.000 KG E DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M - 136 KW	LOTE 02	1
CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M	LOTE 02	2
CAVALO MECÂNICO COM SEMIRREBOQUE COM CAPACIDADE DE 32 T - 302 KW	LOTE 02	1
ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV	LOTE 02	1
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	LOTE 02	1
SERVIÇOS URBANOS		
CAMINHÃO GUINDAUTO COM CESTO AÉREO SIMPLES E CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DE 5,7 T E CARROCERIA DE 8,5 T - 136 KW	LOTE 03	2
CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA	LOTE 03	1
CAMINHÃO TIPO BAÚ, TRAÇÃO 4X2, MOTOR A DIESEL 156CV, PBT 8000 KG, CARGA ÚTIL DE 5000 KG, CARROCERIA EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 5 METROS.	LOTE 03	2
GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8500 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 30,4 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 14,30 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TRUCADO PBT 23.000 KG, POTÊNCIA DE 256 CV E CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	LOTE 03	1
CAMINHÃO DE RESGATE DE VEÍCULOS DE PORTE MÉDIO COM CAPACIDADE DO GUINCHO DE 20 T - 236 KW	LOTE 03	1
TERRAPLANAGEM		
CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 04	2
CAMINHÃO PIPA 14.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 16.540 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 256 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA	LOTE 04	1
CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	LOTE 04	1

Enquadramento no conceito de serviço comum

1.2 A natureza do objeto a ser contratado é comum, e as especificações dos materiais estão definidas, de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

Regime de execução do Objeto Contratado

1.3 Será adotado o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, pois não há como definir com precisão os quantitativos do objeto a ser executado, uma vez que se trata de contratação por demanda. Assim, o valor devido ao contratado será apurado após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com as obrigações assumidas, considerando, ainda, que a CONTRATANTE poderá suspender o andamento dos serviços em caso de dias inoperantes ou de ordem técnica que impossibilite sua execução.

1.4 Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

Prazo de vigência Contratual

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contados da data da assinatura, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1 O contrato possibilita a prorrogação do prazo de vigência, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e observado o interesse público, em

Prazo de vigência Ata de Registro de preço

1.6 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo a data que ocorrer por último. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permaneçam vantajosos, nos termos do §1º do art. 11 do Decreto nº 52.132/2025.

1.7 A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

1.8 Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

1.9 Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

1.9.1 o registro a que se refere o item 1.8 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 1.12, conforme incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24 do Decreto Municipal 52.132/2025;

1.9.2 se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 1.8, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

1.9.3 a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

1.10 A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecimento e execução dos serviços, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

1.11 A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

1.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

1.13 Conforme artigo 82, inciso II da Lei 14.133/2021, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

1.14 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

1.15 O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.16 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações:

1.16.1 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme parágrafo único do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

1.17 A modalidade da contratação será Pregão, sob a forma eletrônica, conforme os termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

"O pregão será utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, e será preferencialmente realizado sob a forma eletrônica."

1.18 A forma eletrônica é justificada pela ampla competitividade e redução de custos operacionais.

Critério de Julgamento e adjudicação

1.19 O critério de julgamento e adjudicação será Menor Preço por lote, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e inciso V do artigo 82 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que:

1.19.1 Conforme pesquisas realizadas em sítios eletrônicos oficiais, inclusive junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, apresentam-se as justificativas técnicas e jurídicas que fundamentam a adoção do critério de adjudicação por lote para os itens que compõem o objeto destes autos. A jurisprudência consolidada do TCU, especialmente por meio da Súmula nº 247, estabelece como regra a adjudicação por item quando o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou perda de economia de escala, tendo como finalidade ampliar a competitividade e possibilitar a participação de licitantes que não detenham capacidade para executar a totalidade do objeto. Todavia, a própria súmula admite exceção quando demonstrado que a adjudicação por item compromete a eficiência, a economicidade ou a execução adequada do objeto.

1.19.2 Nesse sentido, o art. 82, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 autoriza expressamente o julgamento por grupo de itens, desde que comprovada a inviabilidade da adjudicação por item e evidenciada a vantagem técnica e econômica do agrupamento. De igual modo, o Anexo III, art. 10, § 4º, do Decreto Municipal nº 48.980/2023 prevê que, embora a adjudicação por item constitua a regra, é admitida, de forma excepcional, a adjudicação por grupo ou por lote, desde que o órgão técnico apresente justificativa fundamentada em critérios técnicos, mercadológicos ou econômicos, especialmente quando a economia de escala, a redução de custos de gestão contratual ou a maior vantagem na contratação recomendarem a aquisição junto a um único fornecedor.

1.19.3 A análise técnica do objeto demonstrou que, embora a contratação envolva caminhos distintos, o lote foi estruturado de forma padronizada, com demanda integrada, complementar e operacionalmente sincronizada. Nesse contexto, a fragmentação do objeto ou a adjudicação por item tenderia a comprometer a uniformidade da frota disponibilizada, com potenciais impactos negativos sobre a padronização operacional, a eficiência da execução e a continuidade do atendimento. Além disso, a atuação simultânea de múltiplos fornecedores, cada qual com rotinas, prazos e padrões distintos de atendimento, ampliaria a complexidade logística relacionada à entrega, substituição e reposição dos equipamentos, elevando os riscos de descontinuidade e de ineficiência na operacionalização dos serviços abrangidos pelo lote. Tal cenário também implicaria aumento dos custos administrativos e maior ônus para as atividades de fiscalização e gestão contratual.

1.19.4 Verificou-se, ainda, que a contratação em lote único tende a proporcionar ganhos econômicos relevantes, especialmente em razão da possibilidade de obtenção de condições comerciais mais vantajosas, decorrentes do maior volume contratado, da racionalização de custos operacionais e logísticos e da redução dos custos indiretos associados à gestão, ao acompanhamento e à fiscalização contratual. Observa-se, em contratações públicas de objeto semelhante, que a fragmentação excessiva pode elevar os custos unitários, reduzir a eficiência administrativa e afastar os benefícios inerentes à economia de escala, em desconformidade com o princípio da economicidade que orienta a atuação da Administração Pública.

1.19.5 No que se refere à competitividade, constatou-se que o mercado brasileiro de locação de caminhões conta com número suficiente de empresas com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para atender integralmente ao objeto pretendido, não se verificando restrição indevida à ampla participação de licitantes. As especificações técnicas e os quantitativos definidos neste Termo de Referência mostram-se compatíveis com a realidade de mercado e foram estabelecidos em bases objetivas, preservando a isonomia entre os concorrentes e assegurando a participação de todos os interessados que reúnam as condições necessárias à execução do contrato.

1.19.6 A opção pela adjudicação por Lotes, em detrimento do item individual, tem o respaldo no Art. 47, II da Lei 14.133/2021, que a administração deverá praticar o parcelamento nas contratações quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Quando agrupado por lote a administração busca empresas que detenham especialização segmentada, já na contratação por item isolado fragmentaria a responsabilidade logística e multiplicaria os custos administrativos de fiscalização, contrariando o Princípio da Eficiência. Ademais, o agrupamento preserva a competitividade, visto que o mercado de locação já se organiza nestas mesmas categorias (frotistas de leves vs. locadoras de caminhões), assegurando preços condizentes com a economia de escala do setor privado.

1.19.7 Capacidade Operacional e Logística: verifica-se, por exemplo, que empresas atuantes no segmento de locação de caminhão, em regra, dispõem de estrutura operacional compatível com o atendimento integrado de demandas, incluindo frota diversificada, equipe técnica especializada, oficinas de manutenção, estoque de peças, suporte mecânico, logística de mobilização e desmobilização, além de capacidade de substituição tempestiva dos equipamentos em caso de falha ou indisponibilidade. O agrupamento do objeto em lote estruturado atrai empresas com maior capacidade de coordenação operacional, planejamento logístico e suporte técnico, garantindo que a licitante vencedora disponha de condições efetivas para manter a frota em funcionamento contínuo, com regularidade, eficiência, padronização de atendimento e minimização de paralisações que possam comprometer a execução contratual.

1.19.8 Economia de Escala: a contratação em lote estruturado favorece a obtenção de ganhos de escala, na medida em que possibilita à futura contratada diluir custos fixos e operacionais, tais como transporte, mobilização, manutenção, gestão administrativa, supervisão técnica e apoio logístico, refletindo em melhores condições de preço para a Administração. Além disso, o maior volume contratado amplia o poder de negociação comercial e tende a proporcionar propostas mais vantajosas, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

1.19.9 Interoperabilidade e Substituição: o agrupamento em lote também favorece a interoperabilidade entre os equipamentos e a uniformidade dos padrões de atendimento, operação e suporte técnico, permitindo maior integração entre os recursos disponibilizados e melhor coordenação na execução dos serviços. Ademais, possibilita substituições mais céleres e eficientes em caso de quebra, indisponibilidade ou necessidade de remanejamento, uma vez que a gestão da frota permanece centralizada em um mesmo fornecedor, reduzindo entraves operacionais, conflitos de responsabilidade e riscos de descontinuidade na prestação dos serviços.

1.19.10 A opção da Administração pelo parcelamento do objeto em **Lotes Estruturados**, em observância ao princípio da obrigatoriedade do parcelamento quando técnica e economicamente viável, revela-se a solução mais adequada ao caso concreto, pois concilia a ampliação da competitividade com a preservação da eficiência administrativa e da viabilidade da gestão contratual. Tal modelagem evita tanto a concentração excessiva do objeto em contratação única desnecessariamente abrangente quanto a fragmentação excessiva em itens isolados, que poderia dificultar a fiscalização, comprometer a coordenação operacional, elevar custos indiretos e aumentar os riscos de inexecução. Assim, o parcelamento em lotes foi definido com base em critérios de afinidade técnica, complementaridade operacional e racionalidade administrativa, de modo a assegurar contratação vantajosa, exequível e compatível com a capacidade de acompanhamento e fiscalização da Administração.

1.19.11 Diante de todo o exposto, resta demonstrada, de forma técnica e objetiva, a inviabilidade da adjudicação por item e a vantagem técnica, operacional e econômica da adjudicação por lote, razão pela qual se mostra plenamente justificável a realização do Pregão Eletrônico com critério de julgamento e adjudicação por lote, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 48.980/2023 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

1.20 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.21 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.22 O SRP será adotado, preferencialmente:

1.22.1 quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

1.22.2 quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

1.22.3 quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

1.22.4 quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

1.23 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

Composição de Preços dos Lotes contemplados e apresentados no Termo de Referência

1.24 As planilhas de composição de custos unitários que subsidiaram os lotes desta contratação foram elaboradas com base nos sistemas oficiais de referência SICRO, com data-base de outubro de 2025, e SINAPI, com data-base de janeiro de 2026, por se tratarem de referenciais públicos amplamente reconhecidos e adotados pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, em âmbito estadual e federal, para formação de preços em contratações de engenharia e serviços correlatos. Na formação do preço estimado da contratação, foram observadas as incidências pertinentes de encargos sociais, custos indiretos e BDI, conforme a metodologia adotada nas planilhas orçamentárias e em consonância com o entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

1.25 Composição de preços das faturas contratuais:

1.25.1 O faturamento mensal dos serviços será apurado mediante medição e atesto da fiscalização contratual, tomando-se por base os quantitativos efetivamente autorizados, mobilizados e disponibilizados no período, bem como os respectivos preços de referência constantes das planilhas de composição integrantes do Termo de Referência, de modo que o valor mensal devido corresponderá à soma dos produtos apurados em cada item dos respectivos lotes.

1.25.2 Quando a unidade de medição aplicável for CHP (custo horário produtivo), o valor mensal de referência do item será obtido pela multiplicação do custo horário correspondente pelo quantitativo padrão de 220 (duzentas e vinte) horas mensais, bem como pela quantidade de unidades efetivamente disponibilizadas e/ou utilizadas no período, observado o limite da Ordem de Serviço e admitida apuração proporcional nos casos de mobilização parcial, substituição, paralisação justificada, indisponibilidade devidamente registrada ou utilização inferior ao quantitativo mensal de referência, desde que tais ocorrências estejam formalmente atestadas pela fiscalização.

1.25.3 A apuração do faturamento observará a planilha específica correspondente, com medição própria, sem prejuízo da necessária vinculação operacional entre o profissional e o respectivo caminhão utilizado na execução dos serviços.

1.25.4 Os preços unitários adotados, em consonância com as composições e referências do SICRO e do SINAPI, bem como com eventuais composições complementares elaboradas para itens não padronizados, refletem a metodologia orçamentária utilizada para a estimativa da contratação, permanecendo resguardadas as disposições do instrumento convocatório e do contrato quanto à aplicação de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, quando legal e contratualmente cabíveis.

1.26 O valor total mensal estimado dos serviços será apurado pela soma de:

- i. valor mensal estimado dos caminhões, considerado o quantitativo previsto, a unidade de medição aplicável e a carga horária mensal de referência; e
- ii. valor mensal estimado da mão de obra vinculada ao motorista, quando previstos em planilha própria.

1.26.1 Dessa forma, o valor mensal estimado de cada lote corresponderá ao somatório dos subtotais dos itens de caminhões, acrescido, quando cabível, dos subtotais relativos aos motoristas a ele vinculados, observados os quantitativos efetivamente autorizados, medidos e atestados.

1.26.2 Para fins de clareza orçamentária, registra-se que a composição apresentada para os caminhões se refere à parcela específica definida no Termo de Referência, sem custeio previsto no instrumento convocatório e no contrato.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1 A locação visa atender a necessidades dos seguintes órgãos, conforme suas justificativas:

Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação (SEMAD):

A Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação manifesta interesse em participar da Intenção de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, maquinários e equipamentos, com ou sem operador/motorista para atender todas as secretarias conforme especificações constantes no instrumento convocatório, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A solicitação encontra respaldo na necessidade de garantir a continuidade e a ampliação das ações operacionais e logísticas desenvolvidas por todas as Secretarias, visando veículos de uso comum e não específico.

- Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito;
- Controladoria Geral do Município - CGM
- Procuradoria Geral do Município - PGM
- Secretaria Municipal de Governo - SEGVOV
- Secretaria Municipal de Economia - SEMEC
- Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação - SEMAD
- Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente - SEMOHPUMA
- Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULT
- Secretaria Municipal de Esportes - SEMESP
- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura
- Agência Reguladora do Município
- CMTT Companhia Municipal de Trânsito e Transporte

Deslocamento de equipes técnicas e operacionais para ações de campo, como visitas técnicas, fiscalização de atividades econômicas.

Atendimento a demandas emergenciais ou temporárias, que exigem o uso pontual de veículos utilitários, caminhões, caminhonetes, retroescavadeiras, tratores ou similares, os quais nem sempre compõem a frota própria das Secretarias.

A locação sob demanda possibilita flexibilidade operacional, reduz custos com aquisição, manutenção e depreciação de frota própria, e viabiliza a atuação rápida e eficiente frente às necessidades variáveis da pasta, especialmente considerando a diversidade e territorialidade das ações das Secretarias no município.

A adesão a este Registro de Preços ainda assegura maior planejamento, economicidade e eficiência administrativa, além de possibilitar que os recursos públicos sejam utilizados conforme as necessidades reais e de forma escalonada, evitando ociosidade de bens e otimizando as despesas do erário.

Dessa forma, justifica-se a participação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas e Inovação na presente Intenção de Registro de Preços, por ser medida necessária ao adequado desempenho das suas atribuições institucionais e operacionais.

Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEMOHPUMA):

A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade e a conveniência da participação deste órgão/entidade no processo administrativo em comento.

DAS RAZÕES DA NECESSIDADE:

A Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente necessita assegurar a disponibilidade de veículos, maquinários e equipamentos, para atender às demandas operacionais e emergenciais de forma contínua e eficiente. Esses recursos são imprescindíveis para a execução de serviços essenciais, tais como manutenção e conservação de vias públicas, limpeza urbana, fiscalização pela Postura, obras de infraestrutura, apoio logístico em ações ambientais, além de intervenções emergenciais decorrentes de intempéries ou outras situações que exijam resposta imediata.

A contratação, sob o regime de registro de preços, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, permitirá que a Administração Pública disponha de meios adequados para execução dos trabalhos sempre que necessário, evitando atrasos e garantindo maior eficiência na prestação dos serviços à população.

DAS RAZÕES DA QUANTIDADE REQUISITADA:

A quantidade de veículos, maquinários e equipamentos solicitada foi definida com base no histórico de utilização da Secretaria, na projeção de novas obras e serviços programados, bem como na necessidade de atender a demandas emergenciais. A contratação sob demanda possibilitará a disponibilização de caminhões, retroescavadeiras, tratores, escavadeiras hidráulicas, veículos utilitários, rolos compactadores, entre outros, em número suficiente para atender, simultaneamente, diferentes frentes de trabalho e garantir a continuidade das atividades sem interrupções.

DA VANTAGEM DA PARTICIPAÇÃO COMO ÓRGÃO NO REGISTRO DE PREÇOS:

A adoção do sistema de Registro de Preços visa assegurar maior economicidade, transparência e eficiência administrativa, possibilitando que as contratações sejam realizadas conforme a demanda real desta Secretaria ao longo dos 48 (quarenta e oito) meses de vigência, com possibilidade de prorrogação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Tal medida evita gastos desnecessários, reduz desperdícios e permite o atendimento imediato das necessidades conforme demanda, com preços previamente definidos e vantajosos ao erário público.

Secretaria Municipal de Esporte (SEMESP):

A presente Manifestação de Interesse na Intenção de Registro de Preços para a locação de veículos, maquinários e equipamentos, com e sem operador/motorista, é de fundamental importância e urgência para o Município de Anápolis. Esta iniciativa é especialmente crítica considerando a recente criação da Secretaria Municipal de Esporte e a vasta extensão territorial do município, que abriga inúmeros campos de várzea espalhados.

Como uma pasta recém-estruturada, a Secretaria de Esporte não dispõe, em sua fase inicial, da frota própria ou do parque de equipamentos necessários para atender às demandas intrínsecas à sua missão. A existência de uma grande quantidade de campos de várzea em diversas localidades do município impõe desafios logísticos e operacionais significativos. Para que a Secretaria possa iniciar suas atividades plenamente, promover eventos, oferecer suporte à comunidade esportiva e, crucialmente, garantir a manutenção e acessibilidade a esses espaços, é imperativo ter acesso imediato e flexível a uma gama diversificada de veículos e equipamentos. Isso inclui desde automóveis para o deslocamento de equipes, atletas e material esportivo, até maquinários específicos para a preparação e conservação desses campos.

A contratação via Registro de Preços, pelo período de 48 meses, surge como a solução mais estratégica, eficiente e econômica para este cenário. Ela permite que todas as secretarias municipais, incluindo a recém-criada Secretaria de Esporte, tenham a agilidade e a previsibilidade para acessar esses bens e serviços sob demanda, sem o alto custo inicial e os encargos contínuos de aquisição, manutenção e depreciação de uma frota própria. Além de otimizar os recursos públicos, esta modalidade garante a pronta-resposta às necessidades da população e a capacidade de a Secretaria de Esporte cumprir sua missão de fomento ao esporte e lazer em Anápolis, contribuindo ativamente para a qualidade de vida dos cidadãos, em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Por que essa justificativa é mais forte:

- Conecta as duas informações-chaves: A Secretaria nova e os campos de várzea são intrinsecamente ligados como geradores da demanda.
- Detalha o impacto dos campos de várzea: Menciona desafios logísticos, operacionais, manutenção e acessibilidade, que exigem os equipamentos listados.
- Reforça a "missão" da Secretaria: Liga o uso dos veículos e equipamentos diretamente ao propósito da pasta.
- Mantém os benefícios do Registro de Preços: Destaca a economia e eficiência para uma secretaria em fase de estruturação.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT):

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Anápolis executa anualmente uma programação ampla e diversificada de ações culturais e turísticas, muitas delas descentralizadas, envolvendo a realização de eventos, festivais, feiras criativas, oficinas, exposições, ações itinerantes, montagem de estruturas, transporte de materiais e apoio logístico em áreas urbanas, rurais e distritos do município.

Para viabilizar essas atividades com eficiência, segurança e economia, é necessário contar com veículos e equipamentos adequados, que nem sempre estão disponíveis na frota própria da Secretaria. A locação sob demanda de veículos utilitários, caminhões, vans, caminhonetes, minivans, maquinários e demais equipamentos, com ou sem motorista ou operador, permite o atendimento pontual e adequado das necessidades operacionais, sem gerar despesas fixas com aquisição ou manutenção.

Além disso, a locação possibilita maior flexibilidade na execução das ações institucionais, otimizando os recursos públicos e garantindo melhor qualidade na prestação dos serviços culturais e turísticos à população. A celebração do registro de preços se mostra, portanto, como alternativa estratégica para assegurar o suporte necessário ao pleno funcionamento da Secretaria, com agilidade, transparência e observância dos princípios da administração pública.

Companhia Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT):

O presente Instrumento de Registro de Preços (IRP) tem por objetivo atender às necessidades operacionais da Companhia Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT) de Anápolis, por meio da futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores, leves e pesados, com ou sem condutor, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses.

A locação dos referidos veículos visa ampliar e garantir a eficiência na execução das atividades institucionais da CMTT, sobretudo nas ações de fiscalização, engenharia, educação para o trânsito, sinalização viária, operações de tráfego, apoio logístico a eventos e campanhas educativas, bem como serviços

administrativos diversos. A autarquia atua em diversas frentes operacionais e demanda veículos apropriados às diferentes finalidades e condições de operação, como viaturas administrativas, caminhonetes, veículos de apoio, caminhões de sinalização, caminhões com carroceria e plataformas, entre outros.

A opção pela locação, em detrimento da aquisição direta de frota própria, justifica-se por diversos fatores:

- Maior flexibilidade operacional, com possibilidade de adequação da frota conforme a demanda de serviços e eventos sazonais;
- Redução de custos com manutenção preventiva e corretiva, seguros, depreciação e licenciamento dos veículos;
- Celeridade na renovação e modernização da frota, assegurando veículos em conformidade com normas ambientais, de segurança e acessibilidade;
- Racionalização de recursos públicos, conforme os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

2.2 Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

- Fundamentação legal:
- Lei Federal Nº 14.133/2021
- Lei Complementar Nº 123/2006
- Decreto Municipal nº 48.980/2023
- Decreto Municipal nº 52.132/2025

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os bens ofertados deverão, sempre que tecnicamente viável, adotar critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando produtos fabricados com materiais recicláveis, com maior durabilidade, menor impacto ambiental e que atendam a normas ambientais aplicáveis. A adoção desses critérios será considerada na avaliação técnica do objeto.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 A CONTRATANTE não indicará marcas ou modelos para esta contratação, ficando a cargo da CONTRATADA escolhê-los, desde que atendam os requisitos e as especificações contidos neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.3 A subcontratação deve ser tratada como exceção, sendo permitida de forma parcial e, ainda assim, desde que demonstrada à inviabilidade técnico-econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, e que haja autorização formal do contratante.

4.4 Depreende-se então que subcontratação parcial, ou seja, de partes relevantes do objeto, quer técnica quer economicamente, somente se aplicam em situações concretas excepcionais, supervenientes ao contrato, quando a rescisão contratual e a realização de nova contratação forem comprovadamente contrárias ao interesse público subjacente ao contrato.

4.5 Nestes termos, tendo em vista o relevante quantitativo dos itens constantes da licitação, bem como a possibilidade de realizar a contratação por demanda, conforme necessidade do órgão em função de inúmeras variáveis.

4.6 Considerando que muitos dos objetos licitados são utilizados na execução de serviços públicos essenciais, não podendo haver demora no atendimento ao Município por parte da empresa contratada, devendo a mesma responder a cada demanda solicitada em um prazo exíguo de tempo e talvez não dispondo de imediato do objeto desejado em função da imprevisibilidade sazonal que obsta o planejamento eficiente da demanda, dificultando a contratada realizar investimentos às vezes de vultosos valores para manter todos os caminhões em sua totalidade disponível a qualquer tempo para Município.

4.7 Ponderando ainda que todo e qualquer investimento realizado pela empresa contratada seria distribuído e embutido no custo da locação de cada item, tornando-se oneroso o serviço a ser contratado como um todo.

4.8 A interrupção dos serviços a serem contratados poderia implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração, atingindo a população do Município, ocasionando prejuízos incalculáveis, será admitida a subcontratação no limite de até 25% (vinte e cinco por cento), tendo em vista a quantidade e volume financeiro dos itens a serem licitados, contudo, desde que previamente analisado e autorizado pelo órgão contratante, permanecendo a contratada responsável pelas obrigações contratuais e legais.

4.9 A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, desde que previamente avaliado pela Gerência de Frota e autorizado pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, nas condições a seguir expostas:

4.9.1 O pedido de sublocação deverá ser encaminhado para Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, para avaliação sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação, contendo:

4.9.1.1 Indicação do objeto a ser sublocado no contrato firmado;

4.9.1.2 Cópia do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) e/ou cópia da Nota Fiscal, conforme for caso;

4.9.1.3 Cópia do contrato vigente firmado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

4.9.1.4 Cópia da documentação de regularidade fiscal e trabalhista da SUBCONTRATADA comprovando a situação regular perante os órgãos fiscais, sob pena de indeferimento da autorização para subcontratação;

4.9.1.5 Sob pena de não autorização, caminhões sublocados/subcontratados, bem como os reservas deverão atender todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.10 É vedada a SUBCONTRATAÇÃO de pessoa física ou jurídica que possua no seu quadro diretores, responsáveis técnicos ou sócios que sejam ocupantes de cargo comissionado ou efetivo na Administração Direta ou Indireta do Município de Anápolis;

4.11 A CONTRATADA responderá solidariamente pelo inadimplemento da empresa SUBCONTRATADA quando relacionadas com o objeto do contrato junto a terceiros;

4.12 O CONTRATANTE não terá nenhum vínculo ou relação de qualquer espécie com a empresa SUBCONTRATADA, inclusive no que se refere ao pagamento, que será realizado direto a CONTRATADA;

4.13 O CONTRATANTE solicitará a substituição da empresa SUBCONTRATADA mediante notificação a CONTRATADA, caso o serviço subcontratado estiver sendo executado de forma insatisfatória;

4.14 Neste caso, o serviço deverá ser substituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do ofício.

4.15 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

4.16 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16.1 A não exigência da garantia da contratação se justifica pelos seguintes:

4.16.1.1 O vulto da contratação, por si só, exige que a contratada tenha comprovada saúde financeira e contábil para realizar os investimentos necessários ao atendimento das exigências elencadas neste Edital;

4.16.1.2 A onerosidade resultante da garantia representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale a dizer que os custos da exigência seriam repassados à Administração, indo de encontro ao princípio da economicidade;

4.16.1.3 Por sim, a exigência da garantia pode representar redução do universo de interessados, gerando restrição ao caráter competitivo do certame.

Participação de Consórcios

4.17 Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, como medida apta a ampliar a competitividade do certame e a possibilitar a conjugação de capacidades técnica e econômico-financeira necessárias à adequada execução do objeto. A participação consorciada observará, ainda, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo edital.

4.17.1 Deverá ser apresentada, para fins de participação no certame, comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com indicação da empresa líder, que será a responsável por representar o consórcio perante a Administração durante o procedimento licitatório.

4.17.2 Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciada, na forma da legislação aplicável.

4.17.3 É vedado à empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou concorrer isoladamente, de modo a preservar a isonomia, a competitividade e a regularidade do certame.

4.17.4 As empresas integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do futuro contrato.

4.17.5 Caso sejam exigidos requisitos de habilitação econômico-financeira para licitante individual, o edital estabelecerá, para o consórcio, acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido do licitante individual, nos termos do § 1º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, ressalvada hipótese de justificativa diversa constante do processo licitatório.

4.17.6 O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplicará aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.

4.17.7 O licitante vencedor, quando participante em consórcio, deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro formal do consórcio, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação.

4.17.8 Eventual substituição de empresa consorciada, durante a execução contratual, dependerá de autorização expressa da Administração e ficará condicionada à comprovação de que a empresa substituída possui, no mínimo, os mesmos quantitativos exigidos para fins de habilitação técnica e os mesmos valores exigidos para fins de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída no processo licitatório que deu origem ao contrato.

Local de Prestação dos Serviços

4.18 Os serviços deverão ser executados no Município de Anápolis, conforme escala de serviços proposta segundo o que melhor convier por cada órgão tomador do serviço mediante demanda e necessidade, de acordo com as intervenções e prioridades estabelecidas pela CONTRATANTE.

Condições gerais de locação

4.19 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas entre a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação e a proponente vencedora;

4.20 Os objetos serão solicitados à CONTRATADA após prévio requerimento dos órgãos do Município de Anápolis, conforme a sua necessidade;

4.21 A execução do contrato se dará após assinatura do mesmo, respeitadas as formalidades inerentes ao caso, com a emissão da Primeira Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, com solicitação da quantidade inicial do seu objeto, nos termos do item 14 deste Termo.

4.21.1 Mensalmente, até o último dia útil de cada mês, será disponibilizado ao CONTRATADO a Ordem de Serviço com estimativa de execução do objeto contratado do mês subsequente, por meio da Gerência de Frota, de acordo com cronograma de atividades informadas previamente pelo órgão tomador do serviço à Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, quando houver novas demandas ou mantendo o quantitativo estimado no mês anterior;

4.21.1.1 Posteriormente, será atestado cada serviço prestado;

4.22 Somente deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE objetos quando requisitados, sendo que a recusa na disponibilidade do item será considerada como inexecução contratual, podendo ensejar em aplicação de penalidade;

4.23 Ficará sob a responsabilidade da Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação acompanhado dos respectivos fiscais do contrato e do setor competente dos órgãos demandantes, o efetivo controle do uso dos objetos, inclusive quanto às especificações e características, limite de vida útil, estado de conservação e condições de utilização;

4.23.1 Qualquer ocorrência deverá ser imediatamente comunicada de maneira formal a Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação (gestores e fiscais de contrato) que submeteram ao Gestor da Pasta CONTRATANTE, quando necessário.

4.24 O CONTRATANTE, por meio da Gerência de Frota, deverá observar a quantidade total do objeto do Contrato mensalmente, de modo que não ultrapasse o valor contratual permitido por Lei;

4.25 Identificada a necessidade de solicitar a integração ou dispensa do objeto pelo órgão demandante, o mesmo deverá encaminhar o pedido devidamente justificado à Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação para análise, avaliação e deferimento, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/21:

4.25.1 Caso não seja possível o remanejamento entre os órgãos o pedido será submetido a Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação para comunicação formal junto a CONTRATADA;

4.25.2 Antes de qualquer autorização de acréscimo ou supressão do item, deverá ser verificado pelas gerências da Diretoria Administrativa-Financeira da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação a existência de saldo contratual, o impacto financeiro e a disponibilidade orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação para cobrir as despesas oriundas de cada ordem serviço para acréscimo ou supressão.

4.26 A Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação deverá realizar o registro e lotação dos caminhões no Sistema de Controle de Dados do Transporte, sempre que houver a integração à frota, lotando cada um, conforme solicitação de cada órgão demandante ou desativando do Sistema, conforme o caso;

4.27 Os objetos deverão ser disponibilizados de acordo com as especificações técnicas contidas neste termo, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, com condições necessárias para transitar obedecendo a todas as exigências estabelecidas pela legislação de trânsito vigente, normas, portarias e instrumentos de controle de emissão de poluentes, entre outros;

4.28 Os objetos a serem locados deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, manutenção em dia, seguro, licenciamento e demais insumos, preservando a qualidade dos serviços, sendo recusados pelos fiscais aqueles que estiverem em desacordo com contratado, ocasião em que será solicitado a imediata substituição do objeto, não podendo ocorrer em hipótese alguma o comprometimento das atividades executadas pelo tomador de serviço, sob pena das sanções cabíveis;

4.29 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal e trabalhista apresentadas no momento da habilitação em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.30 Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todas as despesas com seguros, garantias, custos financeiros, manutenção, inclusive abastecimento do Arla-32, quando houver necessidade, transportes, tributos, contribuições e encargos sociais, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, acertos trabalhistas independente das motivações que sejam justificáveis ou não, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na locação e de sua administração central e/ou local, independente de qual seja o nome ou título que venha a ser atribuído aos mesmos: BDI, Custos Diretos, Custos Indiretos, Margem de Contribuição, etc.;

4.31 A locação do objeto terá seu preço total calculado por um período mensal, ou pro rata temporis, no caso de período inferior a 30 (trinta) dias;

4.32 Os objetos deverão estar à disposição da contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos, feriados, e serão de uso exclusivo do MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, salvo as exceções devidamente justificadas;

4.33 A CONTRATADA deverá substituir imediatamente o motorista, no caso de faltas por qualquer que seja o motivo, após recebimento da comunicação pelo CONTRATANTE, sob pena de glosa na fatura;

4.34 Caso o motorista disponibilizado não esteja, por qualquer motivo, satisfazendo as necessidades do CONTRATANTE, o mesmo deverá ser substituído, mediante solicitação formal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após solicitação;

4.35 O CONTRATANTE poderá utilizar motorista(s) de seu quadro de servidores de acordo com sua conveniência, necessidade e disponibilidade;

4.36 A não disponibilização injustificada de motorista, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, caracterizará infração contratual, passível de apuração e sancionamento, observados o contraditório, a ampla defesa e os critérios de dosimetria previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente a natureza e a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e a eventual reincidência.

- i. Sem prejuízo da glosa dos valores correspondentes ao período em que não houver a efetiva prestação do serviço, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
- ii. Advertência, quando se tratar de ocorrência isolada, de reduzido impacto operacional, prontamente sanada e sem prejuízo relevante à execução contratual;
- iii. Multa moratória, no caso de indisponibilidade injustificada de caminhões, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor diário de locação do item, por dia de indisponibilidade, sem prejuízo da glosa integral do valor correspondente ao período não executado;
- iv. Multa moratória, no caso de indisponibilidade injustificada de motorista, no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor diário do item vinculado, por ocorrência registrada, sem prejuízo da glosa do período correspondente e da obrigação de imediata substituição;
- v. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor da ordem de serviço, da parcela mensal afetada ou do item inadimplido, conforme o caso, quando a infração for reiterada, não sanada em tempo razoável, causar paralisação dos serviços, comprometer a continuidade da execução contratual ou gerar prejuízo relevante à administração;
- vi. Aplicação das demais sanções administrativas cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar e, quando for o caso legal, declaração de inidoneidade, nas hipóteses de inexecução parcial grave, inexecução total, retardamento injustificado da execução ou demais condutas tipificadas nos arts. 155 e 156 da lei nº 14.133/2021.

4.36.1 Na aplicação da penalidade, a Administração deverá observar a extensão do descumprimento, a possibilidade de substituição imediata do item ou do profissional, o impacto sobre a continuidade do serviço, a reincidência da contratada e a existência de justificativa formalmente aceita pela fiscalização.

4.36.2 O prejuízo apurado pelo CONTRATANTE será glosado na fatura mensal no ato da medição dos serviços executados, sujeita às demais penalidades contratuais.

4.36.3 Caberá ao órgão tomador dos serviços fiscalizar, apontar e comunicar expressamente as referidas faltas na Planilha de Medições de locação realizadas identificando os serviços não executados no momento da certificação e atesto pelo setor responsável do órgão demandante referendada pelo titular da Pasta, sob pena de ser responsabilizado por omissão quando identificado prejuízo ao erário;

4.37 A CONTRATADA deverá sempre que solicitado disponibilizar motorista, os quais serão responsáveis pela condução dos caminhões, solicitados, conforme necessidade da Administração;

4.37.1 Os motoristas da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

4.37.2 A CONTRATADA deverá seguir todas as normas e legislações dispostas na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais legislações pertinentes;

4.37.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar motorista com carga horária de no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais em qualquer turno, quando solicitado pela CONTRATANTE, de acordo com sua necessidade e conveniência, mediante ofício emitido pela Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação.

4.38 A CONTRATADA não poderá executar nenhum serviço sem a prévia emissão da Ordem de Serviço;

4.39 A jornada de trabalho somente será iniciada e computada após a apresentação do motorista no órgão tomador de serviço ou no local onde estiverem disponibilizados os caminhões;

4.39.1 O registro do ponto deverá ocorrer, em regra, no local onde será iniciada a jornada de trabalho, devendo a contratada providenciar o controle de registro de ponto no órgão tomador.

4.39.2 A jornada de trabalho deverá ser calculada considerando no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais, sendo que a CONTRATANTE não arcará com horas extras provenientes de atrasos por deslocamento do motorista até o local de início da jornada.

Controle de Frota Terceirizada

4.40 Com a finalidade de assegurar maior eficiência, padronização e controle sobre a utilização da frota pública e terceirizada, a Administração promoverá, em procedimento licitatório próprio e independente desta contratação, a futura contratação de solução tecnológica de controle, monitoramento e rastreamento de frota.

4.40.1 A solução a ser contratada em processo específico será utilizada de forma unificada para todos os veículos, maquinários, equipamentos e implementos do Município, próprios ou locados, de modo a permitir a centralização das informações operacionais, a padronização dos mecanismos de acompanhamento, a rastreabilidade das atividades executadas e o aprimoramento dos controles de fiscalização, medição e gestão contratual.

4.40.2 O sistema único de controle e rastreamento permitirá à Administração o acompanhamento em tempo real da frota, inclusive quanto a localização, rotas, períodos de operação, tempo de parada, deslocamentos e demais dados gerenciais pertinentes, possibilitando o cruzamento dessas informações com Ordens de Serviço, Ordens de Tráfego, medições de locação, relatórios operacionais e demais instrumentos de fiscalização adotados pelo órgão demandante.

4.40.3 Para fins de implantação do mecanismo de controle e rastreamento, a Administração informará formalmente à CONTRATADA, no ato da contratação ou em momento oportuno anterior à entrada em operação do equipamento, o local, a unidade responsável ou a empresa designada para realização da instalação, ativação, parametrização ou integração dos dispositivos e sistemas necessários.

4.40.4 A disponibilização, instalação e operacionalização da solução de controle e rastreamento correrão por conta da Administração, no âmbito da contratação específica a ser realizada para essa finalidade, não gerando ônus adicional à CONTRATADA no presente processo de locação, nem podendo tal exigência implicar cobrança suplementar, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer acréscimo de custo decorrente exclusivamente da implantação do referido sistema.

4.41 O uso dos caminhões à disposição do Município pela CONTRATADA, inclusive aqueles operados por motorista designado pelo Município, ficará condicionado à emissão da correspondente Ordem de Tráfego e/ou Ordem de Serviço, conforme o caso, cabendo à Unidade Administrativa e Operacional do órgão ou entidade demandante a responsabilidade pelo controle de sua utilização, observadas as competências da fiscalização contratual.

4.42 Os caminhões em efetiva frente de serviço deverão estar vinculados, obrigatoriamente, à respectiva Ordem de Serviço ou documento equivalente que autorize sua operação, no qual constarão, no mínimo, a identificação da frente de trabalho, o serviço a ser executado, o período de utilização, o apontamento das horas trabalhadas, a identificação do operador, quando cabível, e as eventuais ocorrências ou alterações verificadas durante a execução.

4.43 Os responsáveis pelas frentes de serviço, em conjunto com a Unidade Administrativa e/ou Operacional competente e com o Gestor de Frota do respectivo órgão ou entidade, deverão manter controle sistemático da utilização dos caminhões, bem como dos registros relativos à operação, abastecimento, manutenção, deslocamentos e demais ocorrências pertinentes, por meio de planilhas, relatórios e/ou sistema informatizado oficial adotado pela Administração, devendo tais informações ser encaminhadas mensalmente à unidade central de gestão de frota para fins de supervisão, controle, fiscalização e consolidação gerencial.

Vida Útil dos caminhões

4.44 O parâmetro de definição da vida útil do bem, encontrado através da aplicação da taxa anual de depreciação fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos, foi adotada ponderando as tabelas constantes no Anexo III da INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº. 1881, de 03 de abril de 2019, disponível no endereço <http://normas.receita.fazenda.gov.br>, na ausência da informação em relação ao bem, de acordo com a tabela descrita no Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes - DNIT disponível no endereço <http://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/sicro/manuais-de-custos-de-infraestrutura-de-transportes/manuais-de-custos-de-infraestrutura-de-transportes>, levando em consideração as especificidades dos trabalhos desenvolvidos pelo Município, de acordo com o serviço prestado pelo caminhões e a periodicidade no uso do bem, levando ao maior desgaste físico ou obsolescência do mesmo:

4.44.1 Quando do início do contrato, em regra, somente serão aceitos caminhões com idade máxima de 05 (cinco) anos, contados da data de fabricação/modelo (conforme aplicável), salvo as exceções previstas neste Termo de Referência, podendo permanecer em serviço até a finalização do contrato, desde que estejam sempre em perfeito estado de conservação, manutenção e condições operacionais adequadas para sua utilização.

4.44.2 Os caminhões serão submetidos a vistorias semestrais ou a qualquer tempo, por parte da Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação – na condição de CONTRATANTE, para identificação das condições de uso e avaliação do cumprimento contratual, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração, devendo ser acompanhados por um representante da CONTRATADA.

4.44.3 Será exigido da CONTRATADA a boa manutenção e conservação dos itens locados. Os itens que apresentarem problemas frequentes e que acarretem em prejuízo constante da execução dos serviços deverão ser substituídos por equivalentes novos, sob pena de descumprimento das condições do Edital.

Características Visuais

4.45 Todos os caminhões destinados ao CONTRATANTE deverão possuir logotipo da Prefeitura Municipal de Anápolis, nas seguintes condições:

4.45.1 Nenhum caminhão poderá trabalhar sem a referida identificação;

4.45.2 Os Layouts serão fornecidos pela CONTRATANTE e deverão conter a expressão “Uso exclusivo em Serviço”;

4.45.3 Os logotipos utilizados nos caminhões deverão ter as seguintes dimensões: 38x39 cm, sendo 38 cm de altura por 39 cm de largura, podendo ser alterada, conforme o caso;

4.46 Todos os “Layouts” dos caminhões deverão ser submetidos para aprovação à Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação.

Entrega dos Caminhões

4.47 Diante do grande volume de caminhões a ser disponibilizados pela empresa CONTRATADA, considerando que alguns fabricantes necessitariam de maior tempo para produção da demanda e em função dos serviços a serem prestados considerando a necessidade e o interesse público, visando atender aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como aqueles que lhe são correlatos, escusados no art. 3º da Lei de Licitações, tais como: princípio da isonomia e competitividade e razoabilidade, com objetivo de alcançar melhores ofertas na contratação, o prazo de entrega do objeto será individualizado conforme condições a seguir descritas:

4.47.1 Quando do início da execução do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de locação de caminhões, bem como motorista nas seguintes condições:

4.47.1.1 Em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da primeira ordem de serviço:

4.47.1.1.1 Caso a CONTRATADA não disponha de imediato de caminhões nas condições exigidas no item 4.44.1 (idade máxima de 05 anos), em função dos serviços a serem prestados e considerando a necessidade e o interesse público, poderão ser aceitos, excepcionalmente e a critério do CONTRATANTE, caminhões acima do limite de 05 (cinco) anos, desde que em perfeitas condições de uso e operação, até que sejam apresentados os equipamentos dentro do limite do item 4.44.1, podendo o prazo ser estendido nas condições abaixo descritas:

- a. A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias, obrigatoriamente, para apresentação dos caminhões ao CONTRATANTE, ainda que acima do limite do item 4.44.1, se este for o caso;
- b. Será disponibilizado à CONTRATADA prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da primeira ordem de serviço, para oferecer modelos de caminhões em conformidade com o item 4.44.1 (idade máxima de 05 anos), desde que requerido no ato da emissão da primeira ordem de serviço e com documentos que comprovem o prazo de entrega informado pelo fornecedor/fabricante, não excluindo a obrigatoriedade de atender, impreterivelmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias com caminhão acima do limite do item 4.44.1, se este for o caso;
- c. O prazo acima descrito para entrega dos caminhões em conformidade com o item 4.44.1 poderá ser prorrogado pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias, em caso de atraso do fabricante/fornecedor, desde que solicitado pela CONTRATADA e os fatos devidamente justificados e comprovados;
- d. O recebimento dos caminhões provisórios, até a chegada dos caminhões em conformidade com o item 4.44.1, poderá ser aceito desde que respeitadas as seguintes condições:
 - i. Serão aceitos caminhões com no máximo 10 (dez) anos de fabricação/modelo, desde que em perfeito estado de conservação, manutenção e condições operacionais, a critério do CONTRATANTE.

4.48 Após iniciada a execução do objeto, quando solicitada a integração ou dispensa de caminhão e mão-de-obra pelo órgão demandante, a CONTRATADA após recebimento da comunicação formal, terá até 15 (quinze) dias, para proceder com inclusão ou recolhimento dos caminhões e dispensa do motorista:

4.48.1 Em caso fortuito ou situação de emergência, devidamente comprovada, a CONTRATADA deverá atender à solicitação de entrega dos objetos contratados imediatamente;

4.48.2 Nos casos de emissão de ordem de serviço, excepcionalmente, durante a execução do contrato para inclusão de caminhão ainda não solicitado, poderá haver dilação de prazo acima estipulado, nas condições do item 4.44.1, desde que devidamente justificado e acatado pela Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação;

4.48.3 A não retirada do objeto dentro do prazo previsto no item 4.48 deste Termo não gerará o direito de cobrança pela CONTRATADA, sendo glosado qualquer valor cobrado após esse período.

4.49 Para liberação do abastecimento dos caminhões, bem como liberação de senha para autorização de abastecimento nos postos credenciados, a CONTRATADA deverá, preferencialmente com antecedência de até 02 (dois) dias úteis ou no ato da entrega dos caminhões, contados da data para início da prestação de serviços apresentar os seguintes documentos à Gerência de Frota:

4.49.1 Indicação do número de prefixo a ser criado pela CONTRATADA de forma individualizada para cada um dos caminhões, conforme o caso;

4.49.2 Relatório com os nomes dos motoristas a serem disponibilizados à CONTRATANTE, conforme modelo de arquivo a ser disponibilizado pela Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração;

4.49.3 Cópia do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) e/ou cópia da Nota Fiscal, conforme o caso:

4.49.3.1 Quando os caminhões não estiverem em nome da contratada, deverá ser apresentado documento comprobatório de que possui a posse do bem, tais como: termo de cessão de uso, contrato de financiamento e/ou alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou leasing ou qualquer outro instrumento jurídico idôneo, respeitada as especificações do edital.

4.49.3.2 Em caso de caminhões sublocados/subcontratados deverá ser apresentado instrumento jurídico que autorizou a subcontratação relacionando em anexo a identificação dos caminhões.

4.49.3.3 Cópia das apólices de seguro.

4.49.3.4 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH e/ou outro documento que habilite a operação dos caminhões, conforme for caso.

4.50 Os caminhões deverão ser entregues no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta, onde a CONTRATANTE determinar, dentro do Município de Anápolis, ficando em qualquer dos casos responsáveis pelo recebimento dos caminhões os fiscais do contrato da Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação;

4.51 No ato da entrega, os caminhões serão submetidos à prévia vistoria e testes pelos fiscais do contrato da Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação acompanhados do setor competente de cada órgão solicitante;

4.51.1 Os caminhões deverão ser entregues nas mesmas marcas e modelos adjudicados.

4.51.1.1 Somente serão aceitas alterações de marca e modelo dos caminhões desde que atendidos os seguintes critérios:

4.51.1.1.1 O modelo substituído do adjudicado atende a todas as características e especificações mínimas contidas no termo de referência, sendo de qualidade igual ou superior ao que foi ofertado na proposta da empresa vencedora do certame;

4.51.1.1.2 Que haja justificativa para a alteração do objeto do contrato de modo robusto, inquestionável e exauriente;

4.51.1.1.3 Deverá haver decisão administrativa a ser exarada pelo gestor, na qual este autorize a substituição do item, contendo indicação de que o interesse público está mantido;

4.51.1.1.4 O valor a ser cobrado pelo modelo que será empregado em substituição deverá ser igual ou menor ao valor cobrado pelo modelo adjudicado;

4.51.1.1.5 É necessária formalização da alteração por Termo Aditivo;

4.51.2 No caso de rejeição, os caminhões deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após notificação formal por um que atenda as condições contratuais.

4.51.3 No ato da entrega do bem, caso identificado pelos fiscais do contrato da Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação potência do motor e demais exigências inferiores ao exigido no edital, pelo princípio da razoabilidade e proporcionalidade, poderá ser aceito valor inferior a 10% (dez por cento) daquele previamente estabelecido, desde que não constatado que em função do fato o serviço possa ser prejudicado.

4.52 Visando obter maior controle de frota, os caminhões serão submetidos a terceiro indicado pela CONTRATANTE para instalação ou desinstalação de módulos rastreadores para gestão de frota com rastreamento, antes da entrega ou dispensa oficial, conforme o caso, para o início ou fim das atividades no Município.

Estadia dos caminhões

4.53 Os caminhões disponibilizados ao CONTRATANTE quando não estiverem em uso, após fim do expediente, nos finais de semana e feriados, desde que não estejam desenvolvendo atividades, poderão ficar sediados na garagem dos órgãos tomadores do serviço ou em garagem da empresa CONTRATADA, conforme necessidade e conveniência do CONTRATANTE.

Garantia de Disponibilidade dos caminhões na Execução dos Serviços

4.54 No ato da entrega inicial e durante toda a execução contratual, a CONTRATADA deverá garantir a plena disponibilidade dos caminhões necessários ao atendimento das Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE, em conformidade com os quantitativos, especificações e prazos estabelecidos no Termo de Referência e em seus anexos.

4.55 Para fins de execução contratual, não será exigida a manutenção de reserva técnica mínima previamente dimensionada. Não obstante, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável por assegurar, a qualquer tempo, a continuidade da prestação dos serviços, devendo adotar, por sua conta e risco, todas as providências operacionais, logísticas e administrativas necessárias para manter os caminhões em condições de uso e prontamente disponíveis para atendimento da demanda contratada.

4.56 Na hipótese de indisponibilidade de qualquer caminhão vinculado à execução contratual, a CONTRATADA deverá providenciar sua imediata regularização ou substituição por outro equivalente ou superior, com características técnicas compatíveis com o objeto contratado, de modo a não comprometer a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços.

4.56.1 A eventual substituição do caminhão durante a execução contratual deverá observar a compatibilidade técnica com o item originalmente contratado, cabendo à fiscalização verificar a adequação do bem substituído às exigências do Termo de Referência.

4.56.2 A indisponibilidade injustificada do caminhão e/ou motorista, bem como a não adoção tempestiva das providências necessárias à sua substituição ou regularização, sujeitará a CONTRATADA às penalidades cabíveis, inclusive aquelas previstas no item 4.36 deste Termo de Referência, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, da glosa dos períodos não executados e das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

4.57 A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter canal de comunicação permanente para registro e atendimento de intercorrências operacionais relacionadas à execução contratual, inclusive quanto a falhas, indisponibilidades, substituições e demais ocorrências que possam impactar a prestação dos serviços, com funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos finais de semana e feriados.

Substituição da frota

4.58 Excepcionalmente, no caso de a Administração considerar mais vantajosa uma nova licitação para substituição do objeto, a prorrogação contratual ocorrerá para permitir o completo andamento do novo certame, hipótese na qual a contratada não será obrigada a fazer a substituição de caminhões locados. O contrato prorrogado sob tal condição poderá ser rescindido a qualquer momento unilateralmente pela Administração, sem prejuízos à CONTRATADA. Ainda, nessa hipótese, a CONTRATANTE poderá optar por não autorizar a substituição dos bens, devendo a CONTRATADA manter em operação apenas os efetivamente contratados, sem direito a prorrogação automática, indenização ou qualquer compensação adicional.

Abastecimento

4.59 A responsabilidade principal pelo abastecimento de todos os caminhões será da CONTRATANTE, desde que em uso pelo Município e previamente autorizados pela Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação.

4.59.1 O abastecimento do reagente ARLA 32 - Agente Redutor Líquido de NOX Automotivo, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.60 A CONTRATADA deverá entregar os caminhões para a CONTRATANTE com tanque de combustível cheio, ficando a contratante responsável por devolver os caminhões na mesma condição recebida, em qualquer situação e a qualquer tempo durante a execução do contrato;

4.61 Para cadastro dos caminhões e liberação para abastecimento a Gerência de Frota, a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação realizará a parametrização do consumo no sistema de controle de abastecimento, conforme padrões indicados na especificação do fabricante, abrangendo a execução de cada atividade operacional do objeto durante a execução do contrato, bem como considerando a utilização e o histórico de consumo dos caminhões, e ainda utilizando o comparativo com os objetos que executam a mesma atividade, bem como outros meios possíveis:

4.61.1 Caso identificado o consumo de combustível acima do parametrizado por falta de manutenção, a CONTRATADA será responsabilizada pelo ressarcimento do combustível excedente, lançando-se a glosa sempre na fatura do mês seguinte, depois de oferecido o contraditório;

4.61.2 A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades cabíveis, conforme estabelece o termo contratual, nos casos de reincidência conforme acima descrito, quando não for justificada a falta de parametrização.

4.62 Os caminhões deverão possuir trava antifurto de combustível em perfeito estado de funcionamento, sob pena do objeto ser recusado em qualquer dos casos, pela CONTRATANTE.

4.63 Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção preventiva, preditiva e corretiva, incluindo o abastecimento com reagente Arla 32, socorro mecânico e serviços de guincho, inclusive lavagens, lubrificação e reparos, nestes incluídos os pneus, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingo e feriados:

4.63.1 Neste caso, o socorro mecânico deverá ser prestado no prazo máximo de 02 (duas) horas, após solicitação.

4.63.2 Os caminhões serão submetidos à lavagem completa, ao menos, 01 (uma) vez por semana, ou conforme a necessidade da Administração, exceto os caminhões que, por força de regulamento próprio demandem necessidade diferente

4.64 A CONTRATADA deverá substituir imediatamente o item por outro com características similares que ficar impossibilitado de executar o serviço e permanecer inoperante por até 04 (QUATRO) horas ininterruptas, proveniente de problema técnico/operacional, sempre que necessário a realização de manutenção preventiva ou corretiva de qualquer caminhão, sob pena de ter o dia glosado na fatura correspondente;

4.65 Os caminhões serão, obrigatoriamente, submetidos a um checklist por parte do órgão tomador do serviço sempre que encaminhado à oficina da CONTRATADA para manutenção.

4.66 Considerando que os caminhões irão executar tarefas diárias, conforme demanda e necessidade do Município de Anápolis e considerando ainda que a quantidade de Quilometragem/Horas trabalhadas deverá ser livre, não havendo critério mínimo de KM/HORAS mensais trabalhadas, devendo os caminhões ficarem à disposição do município 24 horas por dia, 7 dias por semana durante o mês.

4.67 A estimativa média mensal de quilometragem/horas trabalhadas dos caminhões constantes nos lotes deste Registro de Preços é de 220 horas/mês, podendo serem as mesmas menores ou maiores, dependendo do planejamento operacional de cada órgão dentro das atividades diárias/mensais a serem executadas pelos mesmos.

4.67.1 Ressalta-se que a média indicada no item 4.67 tem caráter meramente estimativo, não constituindo compromisso, garantia, piso de consumo, expectativa de faturamento mínimo ou exclusividade. A demanda real poderá ser maior, menor ou mesmo nula em determinado período, conforme planejamento operacional, conveniência técnica e disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE, sem gerar direito a indenização, compensação por ociosidade ou revisão de preços apenas pelo desvio em relação às estimativas. O pagamento restringe-se ao efetivamente executado, medido e atestado, cabendo à CONTRATADA assumir o risco de variação de demanda.

Estrutura de Administração Local da Contratada

4.68 A contratada deverá instalar escritório no Município de Anápolis/GO, dotado de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir do início da vigência da contratação.

Apólices de Seguro

4.69 A CONTRATADA deverá segurar a frota sob locação, garantindo coberturas: COMPREENSIVA contra perdas de incêndio, colisão, furto, roubo e ainda contra acidentes pessoais para morte e invalidez permanente parcial/total do(s) motorista(s) e seus passageiros e cobertura complementar para responsabilidade civil a terceiros por danos materiais (DM) e pessoais (DP), sendo a CONTRATANTE dispensada da responsabilidade ou corresponsabilidade por quaisquer compromissos indenizatórios por perdas e danos de qualquer natureza:

4.69.1 Na apólice do seguro deverá estar incluso as avarias classificadas quanto às ocorrências de trânsito, envolvendo caminhão automotores ou não, vandalismos, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza;

4.69.2 Todos os custos securitários do(s) prêmio(s) de seguro(s), franquia(s), juntamente com o(s) custo(s) da(s) apólice(s) de seguro(s) e seus devidos impostos, objeto deste item, deverão ser incluídos no preço da locação, não cabendo ao CONTRATANTE pagamento de qualquer valor proveniente de prêmio(s) de seguro(s), franquia(s) e demais custos existentes.

4.70 A CONTRATADA, às suas exclusivas expensas, segurará, contra perdas por acidentes de trabalho, todos os seus empregados utilizados na realização dos serviços, dispensando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade ou corresponsabilidade por quaisquer compromissos indenizatórios por perdas e danos de qualquer natureza:

4.70.1 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorrido em dependência do CONTRATANTE.

4.71 Caso a CONTRATANTE seja acionada judicialmente, a CONTRATADA garantirá a defesa e o pagamento das despesas, com a exclusão do Município de Anápolis do litígio, se responsabilizando pelos serviços prestados e prejuízos decorrentes;

- 4.72 Na ocasião da entrega dos caminhões a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE cópia das apólices de seguro, e em até 03 (três) dias, após a formalização do Termo Aditivo de Contrato na renovação, caso ocorra.
- 4.73 A cobertura deverá atender os seguintes requisitos do modelo abaixo:

CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO	
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: VALOR DETERMINADO OU VALOR MERCADO REFERENCIADO	
COBERTURA: Colisão, Incêndio, roubo e furto (Poderá ser realizado auto seguro/autogestão do casco)	
Responsabilidade civil facultativa - veículo - RCF-V	
Danos materiais	R\$
Danos pessoais	R\$
ACIDENTES PESSOAIS MOTORISTA/PASSEGEIROS:	
Morte por pessoa	R\$
Invalidez Permanente parcial/total (Por/Pessoa)	R\$
Despesas Médicos Hospitalares P/ pessoa	Sem cobertura

Infrações de Trânsito

- 4.74 A CONTRATADA é responsável pelo pagamento de infrações de trânsito praticadas por motorista(s) relativo a seu quadro de empregados na condução dos caminhões sob sua responsabilidade;
- 4.75 O CONTRATANTE é responsável pelo pagamento de infrações de trânsito praticadas por motorista(s) servidor(es) estatutário ou celetista do Município de Anápolis na condução dos caminhões proveniente de locação, mediante indenização por processo administrativo, nas seguintes condições:
- 4.75.1 A CONTRATADA deverá encaminhar a notificação à Unidade Gestora de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, no prazo de até 05 (cinco) dias, após recebimento das notificações de autuação por infração a legislação de trânsito;
- 4.75.2 Nos casos em que Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação não for comunicada dentro do prazo supracitado, o CONTRATANTE não ressarcirá o valor da importância referente ao pagamento da multa, taxas e/ou despesas, devendo a contratada se responsabilizar integralmente pelo pagamento das importâncias;
- 4.76 Para instauração do processo de indenização, a CONTRATADA, sem prejuízo do disposto no item 4.70.1, deverá encaminhar a Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, mensalmente, o pedido de ressarcimento acompanhado dos seguintes documentos:
- 4.76.1 Relatório das infrações de trânsito por órgão;
- 4.76.2 Cópia das notificações de autuação por infração a legislação de trânsito com recebido da Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação;
- 4.76.3 Cópia da notificação de penalidade da(s) multa(s) acompanhada do comprovante de quitação.
- 4.77 Nos casos em que comprovadamente o condutor houver efetuado o pagamento da importância referente à cobrança da multa, taxas e/ou despesas a CONTRATANTE não ressarcirá a CONTRATADA;
- 4.78 Nos casos em que a CONTRATANTE tiver sido acionada no prazo estabelecido no item 4.75.1, no entanto, por questões administrativas não indicar o condutor infrator para responsabilização pela infração, fica facultado à CONTRATADA repassar a CONTRATANTE o valor da multa por não identificação do condutor (NIC).

Licenciamento e Normas de Trânsito

- 4.79 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes ao licenciamento, emplacamento, taxas, imposto do caminhão, nos casos em que houver;
- 4.80 A CONTRATADA deverá providenciar no ato da apresentação dos caminhões cópia do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) ou cópia da Nota Fiscal, conforme for caso, na Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação;
- 4.81 Os caminhões deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do ar por veículos automotores que dispõe sobre a instituição do Programa de Manutenção e Inspeção Ambiental Veicular, quando assim for exigido.

Tributos e Encargos Trabalhistas

- 4.82 A CONTRATADA será responsável de forma exclusiva por todos os custos referente à mão de obra dos motoristas, tais como: encargos sociais, adicionais previstos em convenções, tributos, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, auxílios, alimentação e refeição, auxílios e serviços médicos/odontológicos, auxílio transporte, auxílio funeral, custos financeiros, gratificação, acertos e indenizações rescisórios trabalhistas e qualquer outro custo na composição do preço mensal, exceto aqueles referentes a servidores relacionados ao quadro do MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

5 DA PROPOSTA

- 5.1 As empresas deverão apresentar, juntamente com a proposta de preços, as planilhas de composição por item contendo os preços unitários detalhados para todos os itens da planilha orçamentária. Além disso, será obrigatória a inclusão da planilha de composição dos Encargos Sociais e da planilha de composição do Benefício e Despesas Indiretas (BDI), elaboradas em conformidade com o disposto no Acórdão nº 2622/2013 do Tribunal de Contas da União
- 5.2 Ao enviar sua proposta, a empresa deverá observar as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 5.3 A apresentação de proposta implicará plena aceitação, por parte da empresa, das condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5 Os licitantes, na descrição detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:
- 5.5.1 Prazo de entrega, observando o limite máximo do Termo de Referência.
- 5.5.2 Prazo de validade da proposta.
- 5.5.3 Marca, Modelo e Ano, sob pena de desclassificação
- 5.5.4 Para fins classificatórios, não serão aceitos preços diferentes para o mesmo item, haja vista a inexistência de circunstâncias que os justifiquem, tais como locais de entrega, fatores temporais e logísticos, etc, conforme inciso III do artigo 82 da Lei 14.133/2021.
- 5.6 É vedada ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, obrigando-se nos limites dela, conforme inciso IV do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1 O prazo e local de entrega dos bens deverão seguir os dispostos nos itens 4.47 a 4.52 deste Termo de Referência.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Execução Contratual

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 O contrato será gerido pela Gerência de Frota - Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, responsáveis pela coordenação técnica operacional, administrativa e econômica através dos gestores e fiscais, em consonância com Gestor da Pasta.

Fiscalização

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7 Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

7.7.1 Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

7.7.2 Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

7.7.3 Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

7.7.4 Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

7.7.5 Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

7.7.6 Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

7.7.7 Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

7.7.8 Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

7.7.9 Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

7.7.10 Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

7.7.11 Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.7.12 Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

Em Conformidade Com O Artigo 09 Do Decreto Municipal Nº 48.980/2023, Cabe Ao Gestor:

7.8 São competências do gestor do contrato:

7.9 Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

7.10 Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

7.11 Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

7.12 Acompanhar o prazo de vigência do contrato;

7.13 Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;

7.14 Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;

7.15 Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;

7.16 Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;

7.17 Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;

7.18 Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;

7.19 Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;

7.20 Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;

7.21 Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;

7.22 Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;

7.23 Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

7.24 Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

7.25 Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

7.26 Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

7.27 Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;

7.28 Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

7.29 Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;

7.30 Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

7.31 Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;

7.32 Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;

7.33 Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

7.34 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.35 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.36 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1** No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 8.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:
- 8.2.1** advertência;
 - 8.2.2** multa;
 - 8.2.3** impedimento de licitar e contratar;
 - 8.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.3** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 8.3.1** descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
 - 8.3.2** inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 8.4** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 8.5** A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
- 8.5.1** a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e
 - 8.5.2** a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7** A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.
- 8.8** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.
- 8.9** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.
- 8.10** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:
- 8.10.1** der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.10.2** der causa à inexecução total do contrato;
 - 8.10.3** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.10.4** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.10.5** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
 - 8.10.6** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 8.11** Considera-se inexecução total do contrato:
- 8.11.1** recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
 - 8.11.2** recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.
- 8.12** Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:
- 8.12.1** será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;
 - 8.12.2** a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;
 - 8.12.3** rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e
 - 8.12.4** preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 8.13** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.14** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 8.14.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 8.14.2** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.14.3** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;
 - 8.14.4** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 8.14.5** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.15** A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 8.16** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.17** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 8.18** Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
- 8.19** As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.
- 8.20** A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:
- 8.20.1** Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.
 - 8.20.2** Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.
 - 8.20.3** Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.
- 8.21** A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 8.22** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.23** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 8.24** Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

- 8.25** As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.
- 8.26** A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:
- 8.26.1** Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.
- 8.26.2** Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.
- 8.26.3** Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.
- 8.27** Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.
- 8.28** Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.
- 8.29** Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.
- 8.30** Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 8.31** As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 8.32** A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Da Medição

- 9.1** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis (sendo 10 (dez) dias para liquidação e 20 (vinte) dias para pagamento após a liquidação), contados do recebimento, pela Secretaria competente para liquidação e pagamento, das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo fiscal do contrato na Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, bem como das planilhas de medições de locação atestadas pelo setor responsável do órgão demandante e pelo respectivo titular da Pasta, após a quitação de eventuais multas aplicadas à Contratada.
- 9.2** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções das medições, o prazo para o pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação:
- 9.2.1** Identificada a falha, será a mesma restituída à CONTRATADA para as correções necessárias por meio de ofício.
- 9.3** O órgão demandante deverá realizar o atesto nas planilhas de medições de locação realizadas no período em até 05 (cinco) dias corridos, após recebimento das planilhas;
- 9.4** A Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação deverá manifestar pela aceitação ou não das Notas Fiscais e/ou Faturas em até 05 (cinco) dias corridos, após a entrega das planilhas de medições de locação realizadas pelo setor responsável do órgão demandante referendadas pelo Gestor de cada Pasta;
- 9.5** Para faturamento mensal serão considerados os serviços correspondentes ao mês contratual, fluente do 1º (primeiro) ao último dia do mês;
- 9.6** Para faturamento mensal dos serviços deverão ser considerados valores expressos em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais;
- 9.7** As faturas devem ser entregues na Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação imediatamente após seu fechamento e, quando aplicável, de forma individualizada para os objetos utilizados na cobrança da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, por meio dos seguintes documentos:
- 9.7.1** Notas fiscais/faturas do período correspondente;
- 9.7.2** Planilha com Medições de Locação Realizadas por cada órgão tomador de serviços identificando o item, grupo e especificação, prefixo e placa, conforme o caso, dias trabalhados, valor unitário mensal e proporcional total aos dias trabalhados da locação de cada item, inclusive valor unitário mensal e proporcional com mão-de-obra por turno trabalhado e, ainda a quantidade e valores de horas extras especiais e normais realizadas para certificação e atesto pelo setor responsável do órgão demandante referendada pelo titular da Pasta;
- 9.7.3** Planilha de Memória de Cálculos do Período Faturado para mão de obra (motorista/operador) por cada órgão tomador de serviços com as seguintes informações: item, grupo, prefixo e placa, conforme o caso, dias trabalhados, valor unitário mensal e proporcional total com mão de obra por turno trabalhado de cada item e, ainda a quantidade e valor unitário mensal proporcional de horas extras especiais e normais trabalhadas e demais encargos incidentes realizadas quando houver para certificação e atesto pelo setor responsável do órgão demandante referendada pelo titular da Pasta;
- 9.7.4** Planilha com relatório de Demonstrativo de Utilização Mensal dos caminhões por cada órgão tomador de serviços no período faturado identificando: item, grupo, prefixo e placa dos caminhões, titular e o reserva substituto, conforme o caso e os dias proporcionais trabalhados, para cada objeto para certificação e atesto pelo setor responsável do órgão demandante referendada pelo titular da Pasta;
- 9.7.5** Planilha com relatório de Demonstrativo do Resumo da Fatura Mensal identificando o item, grupo, especificação, quantidade contratada, quantidade utilizada, o saldo disponível para o objeto contratado e órgão tomador de serviços.
- 9.7.6** A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente junto com as faturas, cópias: dos instrumentos contratuais e respectivos aditivos, certificação do controle externo, ordens de serviços mensal emitida pelo titular da CONTRATANTE, apostilamento dos reajustes dos itens locados e da mão de obra, das guias quitadas referente a Previdência Social, FGTS, PIS, COFINS e ISS relativo ao mês anterior da fatura, em como as certidões de regularidade de tributos para com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal e trabalhista, regularidade com o INSS e FGTS.
- 9.8** Ficará a cargo da Contratante, através dos fiscais de contrato vinculados à Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, em conjunto com gestores vinculados aos Gestores de cada Órgão, atestar os valores das faturas de acordo com as medições devidamente certificadas pelo setor responsável do órgão demandante, referendada pelo titular da Pasta;
- 9.9** Ainda que entregue as medições devidamente atestadas pelos tomadores de serviços, ficará a critério da Contratante, além das verificações dos valores das faturas, se assim achar necessário, realizar as devidas verificações quanto ao período de utilização dos caminhões, a quantidade de turnos de trabalhos referente à mão-de-obra, com base nos relatórios dos serviços de gerenciamento de frota com monitoramento 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.10** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções das medições, a CONTRATANTE por meio do Fiscal de contrato notificará a CONTRATADA quanto a necessidade de correções/adequações e emissão de nova nota(s) fiscal(is)/fatura(s), devendo ser alteradas as datas de vencimento, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- 9.11** As faturas somente serão pagas à CONTRATADA após o cumprimento de todas as exigências aqui estabelecidas, bem como o atendimento as demais cláusulas contratuais, não podendo ser cobrados juros ou multas por atraso de pagamentos pela falta de documentos que deveriam ser apresentados pela CONTRATADA.

Liquidação

- 9.12** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, conforme artigo 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.
- 9.13** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.13.1** o prazo de validade;
- 9.13.2** a data da emissão;
- 9.13.3** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.13.4** o período respectivo de execução do contrato;
- 9.13.5** o valor a pagar; e
- 9.13.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.14 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.15 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.16.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.16.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.17 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.18 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.19 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.20 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

9.21 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme artigo 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

9.22 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

9.23 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.24 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.25 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.26 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.27 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste e Atualização

9.28 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme artigo 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

9.29 O reajuste acontecerá através da aplicação do índice IPCA/IBGE.

9.30 A data-base para aplicação do reajuste corresponderá à data do orçamento estimado da contratação, tomando-se por referência as planilhas orçamentárias elaboradas pela Administração, fundamentadas em composições e insumos extraídos de bases oficiais e reconhecidas, tais como SINAPI, SICRO, bem como composições próprias da Prefeitura de Anápolis, todas com data de referência em 16 de março de 2026.

9.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.33 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo/apostilamento.

9.34 Para solicitação do reajuste a CONTRATADA deverá protocolar na Gerência de Frota o pedido de reajustamento, informando para:

9.34.1 Reajuste dos preços da locação dos caminhões:

9.34.1.1 O índice apurado no período, sua fonte e planilha com os preços reajustados, para obter autorização legal através de ato administrativo, que formalizará o reajuste por apostilamento;

9.34.1.2 Os preços unitários serão reajustados pelo índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que vier a substituí-lo, nos termos da Legislação Federal em Vigor;

9.34.1.3 A data base para início do novo reajuste referente à locação será contada a partir do requerimento por parte do contratado.

9.34.1.4 Os reajustes subsequentes observarão a data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concebido e estarão sujeitos à anualidade prevista nos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº. 10.192/2001.

9.34.1.5 O reajuste do preço da locação dos caminhões será obtido pela simples multiplicação do preço unitário mensal da locação, pelo respectivo índice acumulado no período de 12 (doze) meses, IPCA;

9.34.1.6 Em hipótese alguma será admitida retroatividade para fins de reajustamento.

9.34.2 Repactuação dos Preços da mão de obra dos Motoristas:

9.34.2.1 Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes da classe, planilha com os preços reajustados;

9.34.2.2 O preço da mão de obra dos motoristas será reajustado, com base no Art. 55, inciso II da IN nº 5, de 25 de maio de 2017, conforme a data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos;

9.34.2.3 A repactuação do preço da mão de obra dos operadores será obtida pela simples multiplicação do valor mensal do turno, pelo respectivo índice de reajuste salarial constante no referido Acordo Coletivo de Trabalho da categoria.

9.35 O prazo para resposta a pedidos de repactuação e reestabelecimento do equilíbrio econômico – financeiro, será de 30 (trinta) dias.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados conforme determina o artigo 117 da Lei 14.133/2021, bem como o artigo 3º, inciso XXI da Instrução Normativa nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e do art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município.

10.2 Os representantes da administração acima mencionados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/2021.

10.3 As decisões que ultrapassarem a competência do representante serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º da Lei 14.133/2021.

10.4 Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos produtos a serem fornecidos;

10.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas;

- 10.6** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.7** Definir cronograma de serviços, bem como a localização das intervenções, prioridades definidas pelos órgãos demandantes;
- 10.8** Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com os serviços executados e previamente atestados pelo órgão demandante, quando em conformidade com o presente instrumento, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;
- 10.9** Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de prestação, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, com objetivo de dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos
- 10.10** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos.

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 11.1** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, salvo 25% (vinte e cinco por cento) previsto por lei, mediante autorização previa do CONTRATANTE, conforme estabelecido neste termo;
- 11.2** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos caminhões, motoristas necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;
- 11.3** Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 11.4** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 11.5** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- 11.6** Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 11.7** Prestar à Administração, sempre que necessário esclarecimento sobre os serviços, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos;
- 11.8** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em consonância com o disposto no artigo 92, XVI da Lei nº 14.133/2021;
- 11.9** Prestar os serviços requisitados pelo CONTRATANTE, conforme demanda e necessidade apontada pelos órgãos do Município, nos termos do art. 65 da Lei nº 14.133/2021;
- 11.10** Manter os motoristas nos horários predeterminados pela Administração;
- 11.11** Utilizar motoristas e operadores habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.12** Apresentar os motoristas devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.13** Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos motoristas que adentraram o órgão para a execução do serviço;
- 11.14** Instruir seus motoristas quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, em especial ao Decreto Municipal nº 997, de 15 de maio de 2018 que regulamenta a gestão de frota no âmbito do Município e das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.15** Relatar ao CONTRATANTE - Gerência de Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.16** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.18** Prover o adequado transporte e manuseio dos caminhões, objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;
- 11.19** Emitir Nota Fiscal/Fatura e todos os documentos pertinentes contemplando o valor dos serviços executados, destacando, na mesma, o valor relativo à mão de obra dos motoristas, para que a CONTRATANTE faça a retenção da alíquota correspondente, conforme legislação vigente;
- 11.20** Responder em até 05 (cinco) dias úteis as diligências exaradas pela CONTRATANTE, após notificação;
- 11.21** Manter sempre plotados os caminhões.
- 11.22** A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar falhas, assim como pela adequação dos mesmos às exigências do edital de licitação.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

13 HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Habilitação Jurídica

- 13.1** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.2** Comprovação da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 13.3** Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 13.4** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.5** sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 13.6** sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.7** filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 13.8** sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 13.9** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

- 13.10** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.11** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 13.12** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.13** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.14** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.15** Certidão de regularidade fiscal relativa a tributos municipais da sede da contratante.
- 13.16** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.17** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Qualificação Econômico-Financeira

- 13.18** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 13.19** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 13.20** Patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º da Lei Federal 14.133/2021;
- 13.21** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 13.22** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 13.23** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 13.24** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 13.25** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 13.26** A qualificação econômico-financeira visa assegurar que a empresa tenha a saúde financeira necessária para suportar a execução do contrato, sem risco de inadimplência ou dificuldades econômicas que possam comprometer o andamento da contratação. Isso geralmente envolve a exigência de balanços financeiros, demonstrações de resultados, índices de liquidez, entre outros documentos que atestem a solvência e a estabilidade financeira da empresa.
- 13.27** A exigência de qualificação econômico-financeira é imprescindível para garantir que a empresa tenha recursos suficientes para arcar com as obrigações do contrato sem comprometer a execução dos serviços ou fornecimentos contratados. O cumprimento dos requisitos financeiros assegura que a contratada será capaz de manter a operação de forma estável e com segurança, minimizando o risco de falhas financeiras que possam afetar a entrega do objeto contratado.

Qualificação Técnica

- 13.28** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando serviços que comprovem o desempenho de atividades similares ao objeto da licitação.
- 13.28.1** O licitante deverá comprovar que executou ou esteja executando serviços similares, em quantitativos mínimos correspondentes para o respectivo lote a ser contratado, conforme quadro abaixo:

LOTE	ATESTADO	
LOTE 01 - LIMPEZA URBANA	23% do valor total do lote	
CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3	4	27%
CAMINHÃO COM SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO E VÁCUO PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS	1	25%
CAMINHÃO PARA EQUIPAMENTO DE LIMPEZA A SUÇÃO,, TANQUE 12000 L	1	25%
LOTE 02 - PAVIMENTAÇÃO	22% do valor total do lote	
CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	3	33%
CAMINHÃO COMBOIO 4 X 2, PARA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1	25%
CAMINHÃO TOCO, CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE	2	33%
LOTE 03 - SERVIÇOS URBANOS	22% do valor total do lote	
CAMINHÃO GUINDAUTO COM CESTO AÉREO SIMPLES	2	29%
CAMINHÃO PIPA 10.000 L	2	40%
CAMINHÃO TIPO BAÚ	2	20%
LOTE 04 - TERRAPLANAGEM	23% do valor total do lote	
CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3	3	30%
CAMINHÃO PIPA 14.000 L	1	20%

13.29 Justificativa para exigência da qualificação técnica:

13.29.1 A exigência de qualificação técnica tem por finalidade assegurar que os licitantes possuam experiência prévia comprovada e capacidade técnico-operacional compatível com a natureza, o porte e a complexidade do objeto da contratação, de modo a resguardar a Administração quanto à adequada execução contratual, à continuidade dos serviços, à eficiência operacional, à segurança das frentes de trabalho e à obtenção dos resultados esperados.

13.29.2 Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a documentação relativa à qualificação técnica pode incluir certidões ou atestados aptos a demonstrar que a licitante já executou objeto pertinente e compatível com o pretendido pela Administração, sendo que a exigência deve ficar restrita às parcelas de maior relevância ou de valor significativo, observada a proporcionalidade e a vedação de restrições indevidas à competitividade. A mesma norma admite a fixação de quantitativos mínimos, limitada a exigência a até 50% das parcelas indicadas como relevantes.

13.29.3 No presente caso, a Administração optou por não exigir atestação integral de todos os itens constantes de cada lote, mas apenas de equipamentos considerados mais representativos sob a ótica técnica, operacional e econômica, isto é, aqueles cuja experiência anterior de fornecimento/disponibilização e operação melhor evidência a efetiva aptidão da empresa para executar o objeto licitado. Tal modelagem observa o princípio da proporcionalidade, amplia a competitividade e, simultaneamente, mitiga os riscos de inexecução, baixa produtividade, desmobilização operacional ou incapacidade de atendimento das ordens de serviço.

13.29.3.1 Para o **Lote 01 – Limpeza Urbana**, a exigência de atestados foi fixada em patamar moderado, correspondente a aproximadamente 21% do valor total do lote, demonstrando que não se exige experiência pretérita na integralidade da contratação, mas somente em parcela representativa e suficiente para comprovar a capacidade técnico-operacional mínima da licitante. Os itens selecionados foram escavadeira hidráulica sobre esteiras, pá carregadeira sobre rodas, retroescavadeira sobre rodas e trator de esteiras, por se tratarem de equipamentos centrais às atividades de limpeza urbana mecanizada, remoção de resíduos, escavações, carregamento, movimentação de materiais e intervenções operacionais de maior robustez. A escolha desses itens decorre de sua relevância concreta na composição do lote e de sua aptidão para demonstrar, de forma objetiva, que a empresa possui estrutura operacional compatível com a execução dos serviços.

13.29.3.2 Para o **Lote 02 – Serviços Urbanos / Equipamentos de Pequeno Porte**, a soma dos atestados exigidos corresponde a aproximadamente 20% do valor total do lote, percentual que revela exigência equilibrada e compatível com a necessidade de comprovação mínima de experiência. Foram eleitos como parcelas representativas os itens minicarregadeira sobre rodas e micro trator giro zero (360º graus), por constituírem equipamentos diretamente relacionados à execução de serviços urbanos rotineiros, limpeza mecanizada, apoio operacional em áreas restritas, manutenção de espaços públicos e conservação de áreas verdes. A exigência desses atestados visa demonstrar que a licitante possui histórico de atuação em serviços que demandam agilidade, versatilidade operacional e disponibilidade de equipamentos adequados ao atendimento simultâneo de múltiplas frentes.

13.29.3.3 Para o **Lote 03 – Pavimentação**, os atestados exigidos representam aproximadamente 25% do valor total do lote, o que evidencia critério razoável e proporcional diante da complexidade dos serviços envolvidos. Os itens escolhidos foram fresadora de asfalto a frio sobre rodas, escavadeira hidráulica e vibroacabadora de asfalto sobre esteiras, todos diretamente vinculados às etapas críticas da pavimentação, tais como fresagem do revestimento existente, remoção mecanizada, preparação da superfície e aplicação/acabamento da massa asfáltica. A exigência recaiu sobre esses equipamentos por serem tecnicamente essenciais ao desempenho do lote e por permitirem aferir se a licitante já executou operações compatíveis com os níveis de especialização, coordenação e produtividade exigidos pela futura contratação.

13.29.3.4 Para o **Lote 04 – Terraplanagem**, a somatória dos atestados exigidos corresponde a aproximadamente 22% do valor total do lote, mantendo-se em faixa moderada e proporcional. Foram definidos como parcelas relevantes os itens motoniveladores, retroescavadeira sobre rodas, rolo compactador pé de carneiro e pá carregadeira sobre rodas, por representarem equipamentos indispensáveis às atividades de conformação de terreno, escavação, movimentação de material, regularização de superfícies e compactação de solos. A exigência de experiência anterior nesses itens mostra-se tecnicamente necessária para comprovar que a licitante possui capacidade operacional compatível com a execução das principais etapas da terraplanagem, reduzindo o risco de falhas executivas, atraso no atendimento das demandas e comprometimento da qualidade dos serviços.

13.29.4 Registra-se, assim, que a exigência de atestados em cada lote foi delineada com base em critérios técnicos objetivos, limitada às parcelas de maior relevância operacional e econômica, em quantitativos inferiores ao limite legal e em percentuais globais moderados em relação ao valor estimado de cada lote, de forma a compatibilizar, simultaneamente, a segurança da contratação, a seleção de licitantes efetivamente aptos e a preservação da ampla competitividade do certame.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

14.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.2 Não será permitida a previsão de preços diferentes, posto que não há critérios que justifiquem (entrega em locais diferentes, logística, etc).

14.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

14.4 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 O custo estimado total da contratação será de R\$ 43.356.035,32 (Quarenta E Três Milhões Trezentos E Cinquenta E Seis Mil E Trinta E Cinco Reais E Trinta E Dois Centavos), Conforme tabela abaixo.

LOCAÇÃO DE CAMINHÕES - SEM COMBUSTÍVEL							BDI NÃO DESONERADO		23,38%
REFERÊNCIA	CÓDIGO REFERÊNCIA	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	QTDE	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
								R\$ 3.613.002,94	R\$ 43.356.035,32
LIMPEZA URBANA								R\$ 1.113.959,00	R\$ 13.367.508,00
SINAPI	91386	622749	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	R\$ 133,18	R\$ 164,32	15	R\$ 36.150,40	R\$ 542.256,00	R\$ 6.507.072,00
SINAPI	92106	623484	CAMINHÃO PARA EQUIPAMENTO DE LIMPEZA A SUÇÃO, COM CAMINHÃO TRUCADO DE PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE LIMPADORA A SUÇÃO, TANQUE 12000 L	R\$ 173,75	R\$ 214,37	4	R\$ 47.161,40	R\$ 188.645,60	R\$ 2.263.747,20
SICRO	E9199	606216	CAMINHÃO COM SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO E VÁCUO PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS COM CAPACIDADE TOTAL DE 15.600 L - 188 KW	R\$ 223,56	R\$ 275,83	4	R\$ 60.682,60	R\$ 242.730,40	R\$ 2.912.764,80
SINAPI	6259	609989	CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3	R\$ 103,40	R\$ 127,57	5	R\$ 28.065,40	R\$ 140.327,00	R\$ 1.683.924,00
PAVIMENTAÇÃO								R\$ 851.783,17	R\$ 10.221.398,04
SINAPI	92242	622817	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 13.071 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	R\$ 108,89	R\$ 134,36	9	R\$ 29.559,20	R\$ 266.032,80	R\$ 3.192.393,60
SICRO	E9557	623513	CAMINHÃO COMBOIO 4 X 2, PARA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES COM CAPACIDADE DE 5.000 L, PBT 16.000 KG E DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M - 136 KW - CONDIÇÃO DE TRABALHO SEVERA	R\$ 166,69	R\$ 205,67	4	R\$ 45.246,94	R\$ 180.987,77	R\$ 2.171.853,24
SINAPI	5824	610033	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M	R\$ 105,34	R\$ 129,98	6	R\$ 28.595,60	R\$ 171.573,60	R\$ 2.058.883,20
SICRO	E9666	623485	CAVALO MECÂNICO COM SEMIRREBOQUE COM CAPACIDADE DE 32 T - 302 KW	R\$ 242,98	R\$ 299,78	2	R\$ 65.951,60	R\$ 131.903,20	R\$ 1.582.838,40
SINAPI	83362	604165	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV	R\$ 118,91	R\$ 146,71	2	R\$ 32.276,20	R\$ 64.552,40	R\$ 774.628,80
SICRO	E9558	604165	TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	R\$ 135,33	R\$ 166,97	1	R\$ 36.733,40	R\$ 36.733,40	R\$ 440.800,80
SERVIÇOS URBANOS								R\$ 888.009,97	R\$ 10.656.119,68
SICRO	E9690	610031	CAMINHÃO GUINDAUTO COM CESTO AÉREO SIMPLES E CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DE 5,7 T E CARROCERIA DE 8,5 T - 136 KW	R\$ 158,63	R\$ 195,71	7	R\$ 43.056,20	R\$ 301.393,40	R\$ 3.616.720,80
SINAPI	5901	606216	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA	R\$ 132,18	R\$ 163,10	5	R\$ 35.882,00	R\$ 179.410,00	R\$ 2.152.920,00
PNCP	COTAÇÃO	620592	CAMINHÃO TIPO BAÚ, TRACÇÃO 4X2, MOTOR A DIESEL 156CV, PBT 8000 KG, CARGA ÚTIL DE 5000 KG, CARROCERIA EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 5 METROS.	R\$ 64,76	R\$ 79,90	10	R\$ 17.577,54	R\$ 175.775,37	R\$ 2.109.304,48
SINAPI	105984	610031	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8500 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 30,4 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 14,30 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TRUCADO PBT 23.000 KG, POTÊNCIA DE 256 CV E CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	R\$ 171,08	R\$ 211,08	3	R\$ 46.437,60	R\$ 139.312,80	R\$ 1.671.753,60
SICRO	E9098	622821	CAMINHÃO DE RESGATE DE VEÍCULOS DE PORTE MÉDIO COM CAPACIDADE DO GUINCHO DE 20 T - 236 KW	R\$ 169,69	R\$ 209,36	2	R\$ 46.059,20	R\$ 92.118,40	R\$ 1.105.420,80
TERRAPLANAGEM								R\$ 759.250,80	R\$ 9.111.009,60
SINAPI	89883	622357	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA	R\$ 166,87	R\$ 205,89	10	R\$ 45.295,80	R\$ 452.958,00	R\$ 5.435.496,00
SINAPI	106247	606216	CAMINHÃO PIPA 14.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 16.540 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 256 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA	R\$ 130,71	R\$ 161,28	5	R\$ 35.481,60	R\$ 177.408,00	R\$ 2.128.896,00
SINAPI	91031	623482	CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	R\$ 118,71	R\$ 146,46	4	R\$ 32.221,20	R\$ 128.884,80	R\$ 1.546.617,60

15.2 A estimativa de custo da presente contratação levou em consideração os encargos inerentes à execução do objeto, os riscos ordinários do empreendimento e a alocação de responsabilidades entre Contratante e Contratada, em conformidade com a matriz de riscos constante dos documentos da fase preparatória e com as premissas técnicas adotadas para a formação do orçamento estimado.

15.3 O valor estimado da contratação foi elaborado com fundamento nos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Instrução Normativa IN-TCMGO nº 009/2023, especialmente no que se refere à pesquisa de preços, à utilização de referenciais oficiais e à devida motivação técnica da cotação de preços adotada, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

15.4 Para a composição dos custos dos serviços e insumos com referência em bases oficiais de engenharia, foram adotados os referenciais do SINAPI com data-base de 01/2026 e do SICRO com data-base de 10/2025, por se tratarem de sistemas referenciais idôneos, amplamente aceitos pela Administração Pública e compatíveis com a natureza do objeto contratado.

15.5 O valor estimado foi calculado considerando a execução contratual pelo período de 12 (doze) meses, refletindo, assim, a projeção dos quantitativos e custos necessários ao atendimento da demanda prevista para esse intervalo, conforme as premissas de consumo, utilização provável e necessidade administrativa identificadas na fase de planejamento da contratação.

15.6 Na formação do orçamento estimado, foi adotado BDI não desonerado no percentual de 23,38%, compatível com a natureza da contratação e com o regime tributário e previdenciário considerado na composição dos custos, contemplando os componentes indiretos incidentes sobre a execução contratual, tais como administração central, seguros, riscos, despesas financeiras, tributos e lucro, observadas as premissas técnicas e metodológicas pertinentes à contratação pública de serviços de engenharia.

15.7 No que se refere especificamente ao item caminhão baú, a Administração realizou pesquisa de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, mediante consulta a contratações públicas similares e compatíveis com o objeto pretendido, de modo a assegurar a aderência do preço estimado às condições efetivamente praticadas

no mercado público.

15.8 As cotações e demais referências utilizadas para a formação do orçamento observaram rigorosamente os critérios, a ordem de preferência das fontes, a metodologia de tratamento dos preços coletados e os requisitos de justificativa previstos na Instrução Normativa IN-TCMGO nº 009/2023, com a devida rastreabilidade dos dados, indicação das fontes consultadas e demonstração da compatibilidade dos valores com o objeto da contratação.

15.9 A metodologia adotada na estimativa buscou assegurar a fidedignidade do orçamento, a compatibilidade com os preços de mercado, a viabilidade da execução contratual e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e transparência.

15.10 A planilha orçamentária detalhada, acompanhada das memórias de cálculo, composições pertinentes, referenciais oficiais utilizados e pesquisas de preços complementares, integra o processo administrativo da contratação, constituindo elemento de instrução técnica destinado a demonstrar a formação do valor estimado de maneira clara, objetiva e devidamente fundamentada.

16 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO REGISTRO DE PREÇO

16.1 Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme inciso VII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

16.2 É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme inciso VIII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

16.3 A possibilidade de adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação será disciplinada pelo que dispõe o Decreto Municipal 52.132/2025.

17 DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS – INCISO VI DO ARTIGO 82 DA LEI 14.133/2021

17.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

17.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

17.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

17.5 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

17.6 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

17.6.1 possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

17.6.2 a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

17.6.3 seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

17.7 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

17.8 Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.

17.9 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

17.10 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

17.11 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

17.12 Liberado o fornecedor na forma do subitem 17.11, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

17.13 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas condições prevista no subitem 17.10 desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

17.14 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

18 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Conforme artigo 18 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

18.2 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

18.2.1 for liberado;

18.2.2 descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

18.2.3 não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.2.4 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.2.5 sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

18.2.6 não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

18.3 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

18.3.1 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

18.3.2 por fato superveniente, decorrente dos casos de:

18.3.3 força maior,

18.3.4 caso fortuito;

18.3.5 fato do príncipe;

18.3.6 em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e/ou

18.3.7 por razões de interesse público, devidamente justificado.

18.4 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da administração municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

19 DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

19.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

19.2 O remanejamento somente será feito, conforme Decreto Municipal 52.132/2025:

19.2.1 de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

19.2.2 de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

19.3 Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.

19.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

19.5 Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

19.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

20 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

20.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

20.1.1 N apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

20.1.2 demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os dispositivos constantes no Anexo Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

20.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor; e

20.1.4 possibilidade de adesão prevista no edital.

20.2 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme §2 do artigo 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

20.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

20.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

21 DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICAS DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

21.1 O edital e a ata de registro de preços deverão conter cláusula que estabeleça a possibilidade de atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

22 CADASTRO RESERVA

22.1 Será aceito a formação de cadastro reserva com os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 33 e artigo 38 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

22.2 Após a homologação da licitação, para formalização e cadastro de reserva, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a. Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b. Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

c. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.3 O registro a que se refere a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

22.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste edital.

23 ALTERAÇÕES

23.1 Os preços poderão ser alterados conforme disposto no Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

23.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

23.3 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

23.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

23.6 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

24 QUANTITATIVOS POR SECRETARIA

24.1 Os quantitativos detalhados por secretaria demandante estão dispostos na tabela abaixo:

Lote	Adequações	UN	Total	SEMINCA	CMTT	SEMESP	SECULT	SEMOHPUMA	SEMAD
lote 01	CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3	UN	5			1		4	
lote 01	CAMINHÃO PARA EQUIPAMENTO DE LIMPEZA A SUÇÃO, COM CAMINHÃO TRUCADO DE PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE LIMPADORA A SUÇÃO, TANQUE 12000 L	UN	4					4	
lote 01	CAMINHÃO COM SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO E VÁCUO PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS COM CAPACIDADE TOTAL DE 15.600 L - 188 KW	UN	4					4	
lote 01	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	UN	15					15	
lote 02	CAVALO MECÂNICO COM SEMIRREBOQUE COM CAPACIDADE DE 32 T - 302 KW	UN	2					2	
lote 02	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M	UN	6				1	5	
lote 02	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 13.071 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	UN	9					9	
lote 02	CAMINHÃO COMBOIO 4 X 2, PARA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES COM CAPACIDADE DE 5.000 L, PBT 16.000 KG E DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M - 136 KW - CONDIÇÃO DE TRABALHO SEVERA	UN	4					4	
lote 02	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV	UN	2					2	
lote 02	TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	UN	1					1	
lote 03	CAMINHÃO DE RESGATE DE VEÍCULOS DE PORTE MÉDIO COM CAPACIDADE DO GUINCHO DE 20 T - 236 KW	UN	2					2	
lote 03	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8500 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 30,4 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 14,30 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TRUCADO PBT 23.000 KG, POTÊNCIA DE 256 CV E CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA.	UN	3		1			2	
lote 03	CAMINHÃO TIPO BAÚ, TRACÇÃO 4X2, MOTOR A DIESEL 156CV, PBT 8000 KG, CARGA ÚTIL DE 5000 KG, CARROCERIA EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 5 METROS.	UN	10			1	1	7	1
lote 03	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA.	UN	5					5	
lote 03	CAMINHÃO GUINDAUTO COM CESTO AÉREO SIMPLES E CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DE 5,7 T E CARROCERIA DE 8,5 T - 136 KW	UN	7		1			6	
lote 04	CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA.	UN	4					4	
lote 04	CAMINHÃO PIPA 14.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 16.540 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 256 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA.	UN	5					5	
lote 04	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA.	UN	10					10	

25 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 25.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária emitida pelo Município.
- 25.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: 245 - 04.122.0400.2126, subelemento nº 3.3.90.39.00.00.00.00, Fonte 100.

26 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26. 1 Os demais documentos que instruem o presente processo poderão ser visualizados por meio do link disponibilizado: Acesse (<https://drive.google.com/drive/folders/1XQHI1q6GPJnntXbOTfRfe461uZ4GwSIQ?usp=sharing>).

27 DOS CASOS OMISSOS

- 27.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

28 FORO

28.1 Fica definido o Foro da Comarca do Município de Anápolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

29 DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

CLEYTON SOARES DA SILVA

Assessor Técnico de Projetos

LORENA VIEIRA HATSUGAI

Assessora Técnica de Projetos

Ciente e de acordo.

THIAGO DE SÁ LIMA

Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Vieira Hatsugai, Servidor Municipal**, em 13/04/2026, às 20:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cleyton Soares Da Silva, Servidor Municipal**, em 13/04/2026, às 20:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Sá Lima, Secretário(a)**, em 14/04/2026, às 09:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2326514** e o código CRC **38E9C4EF**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
Estudo Técnico Preliminar - ETP N° 94/2026 - SEMOHPUMA/DIP

Em 06 de maio de 2026.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade contínua da Administração Pública Municipal de assegurar a disponibilidade de veículos pesados, especialmente caminhões com motorista, destinados ao atendimento das demandas operacionais relacionadas à execução de serviços de infraestrutura urbana, limpeza pública, drenagem, pavimentação, terraplenagem e demais atividades correlatas, essenciais à manutenção e ao adequado funcionamento dos espaços públicos no âmbito do Município de Anápolis.

A natureza dos serviços a serem executados caracteriza-se pela dinamicidade, imprevisibilidade e variação ao longo do tempo, uma vez que sua execução está diretamente condicionada às prioridades administrativas, às demandas emergenciais, às condições climáticas e às necessidades operacionais das diversas Secretarias envolvidas. Tais fatores inviabilizam a definição prévia e exata dos quantitativos a serem utilizados, justificando a adoção de solução contratual sob demanda, estruturada por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a locação de caminhões com motorista revela-se como solução técnica e operacionalmente adequada, pois permite à Administração dispor de frota compatível com as necessidades reais de cada momento, garantindo maior flexibilidade, eficiência e celeridade na execução dos serviços públicos. A disponibilização dos veículos conforme Ordens de Serviço possibilita o direcionamento dos recursos às frentes de trabalho prioritárias, assegurando melhor planejamento e controle da execução contratual.

Sob o aspecto da gestão pública, a opção pela locação em detrimento da aquisição de frota própria mostra-se mais vantajosa, uma vez que evita a imobilização de capital em ativos, bem como a assunção de custos permanentes e elevados relacionados à aquisição, depreciação, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguros, regularização documental, armazenamento e gestão operacional da frota. Ademais, a manutenção de frota própria implicaria a necessidade de estrutura administrativa específica e de pessoal qualificado para sua gestão, além do risco de ociosidade dos equipamentos em períodos de menor demanda, em afronta ao princípio da eficiência.

A contratação pretendida, portanto, alinha-se aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, ao permitir que os recursos sejam utilizados de forma racional e proporcional à demanda efetivamente verificada. Além disso, contribui para a ampliação da capacidade operacional do Município, garantindo atendimento tempestivo às demandas urbanas, manutenção das condições adequadas de mobilidade, segurança e salubridade, bem como suporte às diversas atividades institucionais desempenhadas pelas Secretarias Municipais.

Por fim, ressalta-se que a solução adotada encontra-se devidamente fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares que subsidiam este Termo de Referência, os quais demonstram a viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação, bem como a adequação do modelo de execução por demanda, com remuneração por preço unitário, conforme disposto no art. 46 da Lei nº 14.133/2021..

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual – PCA constitui instrumento de governança e planejamento destinado a racionalizar as contratações públicas e a alinhar as demandas administrativas ao planejamento estratégico institucional. Todavia, registra-se que, no âmbito do Município de Anápolis, referido instrumento ainda se encontra em processo de consolidação e estruturação administrativa, razão pela qual a presente contratação, neste momento, não decorre de vinculação formal a PCA definitivamente instituído, sem prejuízo de sua regularidade, legitimidade e aderência ao interesse público.

Ainda que ausente a formalização definitiva do Plano de Contratações Anual, a necessidade da presente contratação encontra-se suficientemente demonstrada nos autos e revela plena compatibilidade material com o planejamento administrativo do Município, uma vez que se destina ao atendimento de demandas permanentes, recorrentes e essenciais relacionadas à execução de serviços públicos nas áreas de limpeza urbana, pavimentação, serviços urbanos, drenagem, terraplanagem e demais atividades correlatas, conforme descrito no Termo de Referência. O próprio documento evidencia que a modelagem da contratação foi estruturada a partir de necessidades concretas dos órgãos participantes, com definição de lotes, quantitativos estimados, quantitativos mínimos, composição de custos e justificativas técnicas da solução adotada.

Observa-se, ademais, que a contratação foi delineada com base em elementos objetivos de planejamento administrativo, notadamente o histórico de utilização, a projeção de demandas futuras, a necessidade de continuidade dos serviços públicos e a variabilidade das frentes operacionais atendidas pela Administração. Tal circunstância demonstra que, mesmo sem a formalização definitiva do PCA, houve planejamento prévio suficiente, em conformidade com a fase preparatória da contratação, evidenciando-se a correlação entre a necessidade pública identificada e a solução contratual proposta. As justificativas constantes do Termo de Referência indicam, inclusive, a participação de diferentes órgãos municipais e a necessidade de atendimento contínuo e sob demanda, reforçando a compatibilidade da contratação com a programação administrativa setorial.

A presente contratação insere-se, portanto, no contexto do planejamento institucional do Município, na medida em que busca assegurar a continuidade, a eficiência e a capacidade de resposta da Administração diante das demandas operacionais e emergenciais que lhe são atribuídas. A adoção do Sistema de Registro de Preços, associada à execução sob demanda e ao regime de empreitada por preço unitário, mostra-se compatível com a natureza variável

da necessidade administrativa, permitindo maior racionalização de custos, flexibilidade operacional e melhor alocação dos recursos públicos. Tal modelagem, além de se revelar tecnicamente adequada, encontra fundamento nas hipóteses legalmente admitidas para utilização do SRP, especialmente quando não é possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Desse modo, ainda que a contratação não esteja, neste momento, formalmente inserida em Plano de Contratações Anual definitivamente implementado, resta demonstrado que ela se encontra materialmente alinhada ao planejamento administrativo municipal, às necessidades institucionais dos órgãos participantes e à finalidade pública a ser atendida, revelando-se adequada, necessária e compatível com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e boa administração..

3 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Gerais

- a) - Tipo de contratação: Licitação;
- b) - Modalidade: Pregão Eletrônico;
- c) - Procedimento Auxiliar: Sistema de Registro de Preços;
- d) - Critério de julgamento e adjudicação: Menor preço por lote;

Justificativa da modalidade: Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando que a locação é contínua, com demanda variável ao longo do tempo, não sendo possível prever quantitativo exatos.

Justificativa do critério de julgamento e adjudicação: A decisão de adquirir o objeto pelo menor preço por lote se baseia em critérios de economicidade e eficiência. A modalidade de licitação "menor preço" foi escolhida para garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, otimizando os recursos disponíveis e assegurando a transparência e igualdade no processo licitatório.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos nas especificações do objeto, a futura contratação deverá observar, sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da competitividade, da economicidade e da adequada execução contratual, requisitos voltados à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços de locação de caminhões com motorista.

Nesse sentido, deverão ser priorizadas soluções que favoreçam maior eficiência operacional da frota, adequadas condições de manutenção, conformidade com a legislação ambiental aplicável e adoção de práticas que contribuam para o uso racional de recursos, a redução de emissões atmosféricas, a minimização de resíduos e a adequada conservação dos veículos empregados na execução contratual.

Considerando a natureza do objeto, a sustentabilidade deverá ser aferida de forma compatível com a prestação dos serviços, abrangendo, dentre outros aspectos pertinentes, a adequada manutenção preventiva e corretiva dos caminhões, o atendimento às normas de controle de emissão de poluentes, a regularidade quanto às exigências legais de trânsito e ambientais, bem como a disponibilização de veículos em bom estado de conservação,

funcionamento e segurança. Tais medidas contribuem para a redução dos impactos ambientais associados à operação da frota, para o aumento da vida útil dos bens utilizados na execução contratual e para a prestação de serviços mais eficientes e ambientalmente responsáveis.

Deverá ser observada, ainda, sempre que cabível, a adoção de rotinas operacionais que reduzam desperdícios, evite o uso inadequado dos veículos e favoreçam melhor desempenho na execução dos serviços, desde que tais medidas não comprometam a funcionalidade do objeto nem imponham restrições indevidas ao caráter competitivo do certame.

Ressalta-se que a observância de critérios de sustentabilidade não autoriza a imposição de exigências excessivas, desnecessárias ou dissociadas da realidade do mercado, devendo sua aplicação guardar compatibilidade com as especificações técnicas do objeto, com a finalidade pública da contratação e com as condições usuais de execução dos serviços. A verificação de conformidade quanto a tais requisitos poderá ser realizada no âmbito da fiscalização contratual, nos limites estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que instruem a contratação.

Subcontratação

A subcontratação deve ser tratada como exceção, sendo permitida de forma parcial e, ainda assim, desde que demonstrada à inviabilidade técnico-econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, e que haja autorização formal do contratante.

Depreende-se então que subcontratação parcial, ou seja, de partes relevantes do objeto, quer técnica quer economicamente, somente se aplicam em situações concretas excepcionais, supervenientes ao contrato, quando a rescisão contratual e a realização de nova contratação forem comprovadamente contrárias ao interesse público subjacente ao contrato.

Nestes termos, tendo em vista o relevante quantitativo dos itens constantes da licitação, bem como a possibilidade de realizar a contratação por demanda, conforme necessidade do órgão em função de inúmeras variáveis.

Considerando que muitos dos objetos licitados são utilizados na execução de serviços públicos essenciais, não podendo haver demora no atendimento ao Município por parte da empresa contratada, devendo a mesma responder a cada demanda solicitada em um prazo exíguo de tempo e talvez não dispondo de imediato do objeto desejado em função da imprevisibilidade sazonal que obsta o planejamento eficiente da demanda, dificultando a contratada realizar investimentos às vezes de vultosos valores para manter todos os caminhões em sua totalidade disponível a qualquer tempo para Município.

Ponderando ainda que todo e qualquer investimento realizado pela empresa contratada seria distribuído e embutido no custo da locação de cada item, tornando-se oneroso o serviço a ser contratado como um todo.

A interrupção dos serviços a serem contratados poderia implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração, atingindo a população do Município, ocasionando prejuízos incalculáveis, será admitida a subcontratação no limite de até 25% (vinte e cinco por cento), tendo em vista a quantidade e volume financeiro dos itens a serem licitados, contudo, desde que previamente analisado e autorizado pelo órgão contratante, permanecendo a

contratada responsável pelas obrigações contratuais e legais.

A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, desde que previamente avaliado pela Unidade Gestora da Frota e autorizado pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, nas condições a seguir expostas:

- O pedido de sublocação deverá ser encaminhado para Unidade Gestora da Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, para avaliação sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação, contendo:

- a) Indicação do objeto a ser sublocado no contrato firmado;
- b) Cópia do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) e/ou cópia da Nota Fiscal, conforme for caso;
- c) Cópia do contrato vigente firmado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.
- d) Cópia da documentação de regularidade fiscal e trabalhista da SUBCONTRATADA comprovando a situação regular perante os órgãos fiscais, sob pena do indeferimento da autorização para subcontratação;
- e) Sob pena de não autorização, caminhões sublocados/subcontratados, bem como os reservas deverão atender todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

É vedada a SUBCONTRATAÇÃO de pessoa física ou jurídica que possua no seu quadro diretores, responsáveis técnicos ou sócios que sejam ocupantes de cargo comissionado ou efetivo na Administração Direta ou Indireta do Município de Anápolis;

A CONTRATADA responderá solidariamente pelo inadimplemento da empresa SUBCONTRATADA quando relacionadas com o objeto do contrato junto a terceiros;

O CONTRATANTE não terá nenhum vínculo ou relação de qualquer espécie com a empresa SUBCONTRATADA, inclusive no que se refere ao pagamento, que será realizado direto a CONTRATADA;

O CONTRATANTE solicitará a substituição da empresa SUBCONTRATADA mediante notificação a CONTRATADA, caso o serviço subcontratado estiver sendo executado de forma insatisfatória:

Neste caso, o serviço deverá ser substituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do ofício.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

Não será exigida garantia de contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista as características específicas do objeto e a modelagem adotada para a presente contratação.

A não exigência de garantia justifica-se pelo fato de que a execução contratual já

demanda da futura contratada adequada capacidade econômico-financeira, estrutura operacional compatível e disponibilidade de recursos suficientes para suportar os investimentos necessários ao atendimento das obrigações previstas no Termo de Referência, circunstâncias essas que serão aferidas por meio dos requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

Além disso, a imposição de garantia contratual tende a representar custo adicional para os licitantes, o qual, em regra, é repassado ao valor das propostas, podendo resultar em elevação desnecessária dos preços ofertados e, conseqüentemente, em prejuízo à economicidade da contratação. Soma-se a isso o fato de que a exigência, a depender do contexto de mercado, também pode reduzir o universo de participantes e restringir a competitividade do certame, sem que disso decorra benefício proporcional à Administração.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a forma de execução contratual, os mecanismos de habilitação, fiscalização, medição, glosa e sancionamento já previstos no Termo de Referência e no futuro instrumento contratual, conclui-se que a não exigência de garantia mostra-se medida adequada, suficiente e alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e da competitividade.

Participação de Consórcios

Será admitida a participação de consórcios nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021, visando ampla concorrência.

Condições gerais de locação

As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas entre a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação e a licitante vencedora, observadas as disposições constantes do Termo de Referência, do edital, da ata de registro de preços e do instrumento contratual correspondente. Os objetos contratados somente serão solicitados à CONTRATADA após prévio requerimento dos órgãos do Município de Anápolis, de acordo com a necessidade administrativa efetivamente verificada.

A execução contratual terá início após a assinatura do contrato e o cumprimento das formalidades pertinentes, mediante emissão da primeira Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, na qual constará a solicitação inicial do objeto, na forma estabelecida no Termo de Referência. Mensalmente, até o último dia útil de cada mês, será disponibilizada à CONTRATADA Ordem de Serviço contendo a estimativa de execução do objeto para o mês subsequente, por intermédio da Unidade Gestora da Frota, com base no cronograma de atividades previamente informado pelo órgão tomador do serviço à Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, seja para atendimento de novas demandas, seja para manutenção do quantitativo estimado anteriormente. Após a execução, cada serviço prestado será submetido ao devido atesto.

Os caminhões, quando for o caso, motoristas ou operadores, somente deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE quando formalmente requisitados. A recusa injustificada na disponibilização do item solicitado caracterizará inexecução contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo das glosas e demais conseqüências previstas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

Compete à Unidade Gestora da Frota da Secretaria Municipal de Administração,

Gestão de Pessoas e Inovação, em conjunto com os fiscais do contrato e os setores competentes dos órgãos demandantes, realizar o efetivo controle de uso dos objetos locados, inclusive quanto às respectivas especificações e características, ao limite de vida útil, ao estado de conservação e às condições de utilização. Qualquer ocorrência que possa impactar a execução contratual deverá ser imediatamente comunicada, de forma formal, à Unidade Gestora da Frota, para ciência dos gestores e fiscais do contrato e, quando necessário, submissão ao Gestor da Pasta CONTRATANTE.

O CONTRATANTE, por intermédio da Gerência de Frota, deverá acompanhar mensalmente a quantidade total do objeto executado, de modo a assegurar que não haja extrapolação dos limites contratuais legalmente admitidos. Identificada a necessidade de integração ou dispensa dos caminhões ou motoristas, o órgão demandante deverá encaminhar solicitação formal e devidamente justificada à Unidade Gestora da Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, para análise, avaliação e deliberação, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021. Caso não seja possível o remanejamento entre os órgãos, o pedido será submetido à Gerência de Frota para comunicação formal à CONTRATADA. Antes de qualquer autorização de acréscimo ou supressão, deverá ser verificada, pelas unidades competentes da Diretoria de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, a existência de saldo contratual, o impacto financeiro e a disponibilidade orçamentária e financeira necessária ao atendimento da despesa correspondente.

A Unidade Gestora da Frota deverá promover o registro e a lotação de caminhões no Sistema de Controle de Dados do Transporte, sempre que houver sua integração à frota municipal, vinculando cada item ao respectivo órgão demandante, ou procedendo à sua desativação no sistema, conforme o caso. Os objetos locados deverão ser disponibilizados em estrita conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente, às normas aplicáveis, às portarias pertinentes e aos instrumentos de controle de emissão de poluentes, entre outros requisitos legais e técnicos incidentes.

Os bens locados deverão permanecer em perfeito estado de conservação e funcionamento, com manutenção em dia, seguro, licenciamento regular e todos os demais insumos necessários à adequada execução contratual, preservando-se a qualidade dos serviços prestados. Os fiscais do contrato recusarão os itens que estiverem em desacordo com as condições contratadas, hipótese em que será exigida sua imediata substituição, sem que disso decorra comprometimento das atividades desenvolvidas pelo órgão tomador do serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal e trabalhista apresentadas na fase de habilitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução contratual, inclusive seguros, garantias, custos financeiros, manutenção, abastecimento de ARLA-32, quando aplicável, transporte, tributos, contribuições,

encargos sociais, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, acertos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas que incidam, direta ou indiretamente, sobre a locação e sua administração central e/ou local, independentemente da nomenclatura que lhes seja atribuída, tais como BDI, custos diretos, custos indiretos ou margem de contribuição. O preço da locação, em todos os turnos, será apurado por período mensal, admitindo-se cálculo proporcional pro rata temporis quando o período de utilização for inferior a 30 (trinta) dias.

Os objetos deverão permanecer à disposição da CONTRATANTE 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para uso exclusivo do Município de Anápolis, ressalvadas as hipóteses excepcionais devidamente justificadas. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente o motorista ou operador em caso de falta, qualquer que seja o motivo, após comunicação formal do CONTRATANTE, sob pena de glosa na fatura. Caso o profissional disponibilizado não esteja atendendo satisfatoriamente às necessidades da Administração, deverá ser substituído no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação formal. O CONTRATANTE poderá, conforme sua conveniência, necessidade e disponibilidade, utilizar motoristas integrantes de seu próprio quadro de servidores.

A ausência de disponibilização de caminhões e motoristas ensejará a responsabilização da CONTRATADA pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE. Na hipótese de indisponibilidade do objeto principal, será devido valor correspondente à diária de locação do item para cada dia de não atendimento. Na hipótese de indisponibilidade de motorista ou operador, será devido valor correspondente à diária multiplicada por 5 (cinco) para cada falta registrada, a título de reparação pelos prejuízos apurados em razão da inexecução contratual, sem prejuízo das penalidades legais e contratuais cabíveis. O valor do prejuízo apurado será glosado da fatura mensal no momento da medição dos serviços executados. Caberá ao órgão tomador do serviço fiscalizar, registrar e comunicar expressamente tais ocorrências na planilha de medição da locação, identificando os serviços não executados quando da certificação e do atesto pelo setor responsável, com referendo do titular da Pasta, sob pena de responsabilização por omissão em caso de prejuízo ao erário.

Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá disponibilizar motorista, que será responsável pela condução dos caminhões requeridos pela Administração. Os profissionais da CONTRATADA não possuirão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, cabendo exclusivamente à empresa observar integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e as demais normas trabalhistas aplicáveis. Quando requisitado, o motorista deverá ser disponibilizado com carga horária mínima de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais, conforme necessidade e conveniência da Administração, mediante solicitação formal da Unidade Gestora da Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação.

A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço sem a prévia emissão da correspondente Ordem de Serviço. A jornada de trabalho somente será iniciada e computada após a apresentação do motorista ou operador no órgão tomador do serviço ou no local em que estiver disponibilizado dos caminhões, equipamento ou veículo de trabalho. O controle de ponto deverá ocorrer, em regra, no local de início da jornada, cabendo à CONTRATADA

providenciar os meios necessários ao respectivo registro. Para fins de apuração da jornada, será observado o mínimo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais, não sendo de responsabilidade da CONTRATANTE o pagamento de horas extras decorrentes de atrasos no deslocamento do profissional até o local de início da jornada.

Controle de Frota Terceirizada

Com a finalidade de assegurar maior eficiência, padronização, rastreabilidade e controle sobre a utilização da frota terceirizada, a Administração adotará mecanismos de monitoramento e rastreamento dos veículos locados, de modo a possibilitar o acompanhamento operacional em tempo real e o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização contratual. Tal controle permitirá aos fiscais e gestores do contrato verificar, entre outros aspectos, os deslocamentos realizados, os períodos de operação, os tempos de parada, as frentes de serviço atendidas e os demais dados gerenciais pertinentes à execução contratual.

As informações obtidas por meio do sistema de rastreamento e dos relatórios gerenciais deverão ser utilizadas de forma integrada com os demais instrumentos de controle adotados pela Administração, especialmente Ordens de Serviço, ordens de tráfego, planilhas de medição, apontamentos operacionais e documentos de atesto emitidos pelo setor responsável do órgão demandante e referendados pela autoridade competente. O cruzamento dessas informações tem por objetivo conferir maior precisão à fiscalização, subsidiar a medição dos serviços efetivamente prestados e fortalecer a verificação da conformidade entre a execução real e as condições contratualmente pactuadas.

A utilização dos veículos colocados à disposição do Município por intermédio da CONTRATADA, inclusive quando conduzidos por motorista disponibilizado pela própria contratada ou, quando cabível, por servidor designado pela Administração, ficará condicionada à prévia emissão da correspondente Ordem de Serviço e/ou Ordem de Tráfego, conforme a natureza da demanda. Caberá à unidade administrativa ou operacional do órgão demandante a responsabilidade pelo controle da utilização desses bens, sem prejuízo das atribuições da fiscalização contratual e da Unidade Gestora da Frota.

Os veículos que estiverem em efetiva operação deverão estar, obrigatoriamente, vinculados à respectiva Ordem de Serviço ou documento equivalente que autorize sua utilização, no qual deverão constar, no mínimo, a identificação da frente de trabalho, o serviço a ser executado, o período de utilização, os registros de horário ou tempo trabalhado, a identificação do motorista, quando cabível, bem como eventuais ocorrências, intercorrências ou alterações verificadas durante a execução.

Os responsáveis pelas frentes de serviço, em conjunto com a unidade administrativa e/ou operacional competente e com o gestor de frota do respectivo órgão ou entidade, deverão manter controle sistemático da utilização dos veículos, inclusive quanto a deslocamentos, abastecimento, manutenção, períodos de uso e demais ocorrências pertinentes, por meio de planilhas, relatórios e/ou sistema informatizado oficial adotado pela Administração. Tais informações deverão ser encaminhadas mensalmente à Gerência de Frota da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, para fins de supervisão, consolidação gerencial, controle e fiscalização da execução contratual.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Especificações	Lote	Descrição sucinta dos serviços a serem executados	Quant.
LIMPEZA URBANA			
CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 01	Coleta, carga, transporte e descarga de entulhos, resíduos, galhadas, terra e demais materiais provenientes da limpeza urbana.	15

<p>CAMINHÃO COM SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO E VÁCUO PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS COM CAPACIDADE TOTAL DE 15.600 L, 188 KW - TAMPA ARTICULÁVEL TRASEIRA COM ABERTURA POR PISTÕES HIDRÁULICOS E TRAVAMENTO HIDRÁULICO SEM NECESSIDADE DE FECHOS BORBOLETAS, DUAS VÁLVULAS DE ESFERA COM DIÂMETRO NOMINAL DE 4" E ENGATE PARA MANGOTE DE SUCÇÃO DIÂMETRO 4" PARA SUCÇÃO E DESCARGA, BASCULAMENTO HIDRÁULICO DO TANQUE, BOMBA DE VÁCUO ACIONAMENTO HIDRÁULICO DA BOMBA DE VÁCUO E SISTEMA AUXILIARES, TOMADA DE FORÇA ACOPLADA NO CÂMBIO DO VEÍCULO, ACELERADOR EXTERNO PARA MOTOR, COMANDOS HIDRÁULICOS LOCALIZADOS NA PARTE TRASEIRA DO EQUIPAMENTO, 20 METROS DE MANGOTE DE SUCÇÃO EM DOIS LANCES COM DIÂMETRO 4", SINALEIRO ROTATIVO, FAROLETES DIRECIONÁVEIS, 02 MONTADOS NA TRASEIRA PARA ILUMINAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO.</p>	<p>LOTE 01</p>	<p>Limpeza, desobstrução e sucção de resíduos em bueiros, bocas de lobo, poços de visita e galerias de drenagem pluvial.</p>	<p>4</p>
---	----------------	--	----------

<p>CAMINHÃO PARA EQUIPAMENTO DE LIMPEZA A SUCÇÃO, COM CAMINHÃO TRUCADO DE PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE LIMPADORA A SUCÇÃO, TANQUE 12000 L - CARRETEL PARA ARMAZENAMENTO DE MANGUEIRA DE 25 MM, 20MM E 12,5 MM, PARA USO COM PISTOLA DE HIDROJATEAMENTO, PAINEL DE COMANDO. ACESSÓRIOS PARA LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO/ÁGUAS PLUVIAIS: 120 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO EM LANCE ÚNICO COM DIÂMETRO DE (1"), COM RESPECTIVAS CONEXÕES, 01 PISTOLAS MANUAL PARA HIDROJATEAMENTO, BICOS PARA PISTOLAS PARA DESOBSTRUÇÃO, 20 M DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO 12,5 MM (1/2") PARA PISTOLA.</p>	<p>LOTE 01</p>	<p>Sucção, remoção e transporte de lama, areia, sedimentos e detritos acumulados em redes e dispositivos de drenagem.</p>	<p>4</p>
--	----------------	---	----------

<p>CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3 - BARRA IRRIGADEIRA, ESGUICHOS BICO DE PATO, CARRETEL DE 30M A 60M DE COMPRIMENTO COM MANGUEIRA DE 1 ½ POLEGADA COM ESGUICHO REGULÁVEL, MANGOTE DE SUCÇÃO, SAÍDA POR PRESSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, BOMBA ACIONADA POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA A CAIXA DE MARCHAS DO VEÍCULO.</p>	LOTE 01	<p>Transporte e distribuição de água para lavagem de vias e espaços públicos, irrigação e controle de poeira.</p>	5
PAVIMENTAÇÃO			
<p>CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 13.071 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA</p>	LOTE 02	<p>Transporte e descarga de massa asfáltica, brita, areia, solo, fresado e demais insumos utilizados nos serviços de pavimentação.</p>	9
<p>CAMINHÃO COMBOIO 4 X 2, PARA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES COM CAPACIDADE DE 5.000 L, PBT 16.000 KG E DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, 136 KW, COM CONTAOR DE LITROS - CONDIÇÃO DE TRABALHO SEVERA</p>	LOTE 02	<p>Abastecimento de combustíveis e lubrificantes para máquinas, veículos e equipamentos nas frentes de serviço.</p>	4
<p>CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M</p>	LOTE 02	<p>Transporte de materiais, ferramentas, equipamentos, peças e demais cargas secas de apoio às equipes de pavimentação.</p>	6

CAVALO MECÂNICO COM SEMIRREBOQUE COM CAPACIDADE DE 32 T - 302 KW	LOTE 02	Transporte de cargas pesadas, máquinas, equipamentos e insumos de grande porte para apoio às obras viárias.	2
ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - TANQUE ISOTÉRMICO REVESTIDO COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, SISTEMA DE AQUECIMENTO POR SERPENTINAS, MAÇARICOS DE ALTA PRESSÃO ALIMENTADOS POR ÓLEO DIESEL, COMPRESSOR DE AR, TANQUE DIESEL PRESSURIZADO PARA ALIMENTAÇÃO DOS MAÇARICOS, BARRA ESPARGIDORA COM CIRCUITO FECHADO DIVIDIDO EM 03 PARTES E COMPARTIMENTO TOTAL DE 3,60 M, SISTEMA HIDRÁULICO ACIONADO POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA NA CAIXA DE CÂMBIO DO VEÍCULO, BOMBA DE RECALQUE E ACESSÓRIOS: CONTA GIRO – QUINTA RODA – LANÇA MANUAL 2,20 M, 06 M DE MANGUEIRA COM REGISTRO RÁPIDO – TERMÔMETRO – PRÉ-FILTRO.	LOTE 02	Aplicação de emulsão asfáltica e ligantes betuminosos em serviços de imprimação, pintura de ligação e tratamentos superficiais.	2
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	LOTE 02	Armazenamento e manutenção de ligantes asfálticos para abastecimento e suporte contínuo às frentes de pavimentação.	1
SERVIÇOS URBANOS			

<p>CAMINHÃO GUINDAUTO COM CESTO AÉREO E CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DE 5,7 T E CARROCERIA DE 8,5 T, 136 KW - CARROCERIA METÁLICA COM ASSOALHO EM CHAPA</p> <p>ANTIDERRAPANTE E GAVETAS COM TRANCAS ANTIFURTO. VEÍCULO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO ARTICULADO (TIPO MUNCK), INTEGRADO A CESTO AÉREO DUPLO EM FIBRA COM INSTALAÇÃO ORIGINAL DE FÁBRICA. O CESTO AÉREO DEVE SER ISOLADO, COM ISOLAMENTO MÍNIMO DE 46 KV, DOTADO DE COMANDOS DE OPERAÇÃO POR ALAVANCA DUPLA NA BASE E NO PRÓPRIO CESTO. O BRAÇO HIDRÁULICO ARTICULADO, COM DUAS LANÇAS, DEVE POSSUIR ALTURA MÍNIMA DE TRABALHO DE 12 METROS E ALCANCE LATERAL MÍNIMO DE 7,60 METROS A PARTIR DO GIRO, COM GIRO CONTÍNUO DE 360°. O SISTEMA DEVE CONTAR COM ESTABILIZADORES HIDRÁULICOS, ILUMINAÇÃO AUXILIAR EM LED PARA OPERAÇÃO NOTURNA E GIROFLEX ÂMBAR DE ALTA VISIBILIDADE, COM ACIONAMENTO INTERNO. O CONJUNTO DEVE ATENDER INTEGRALMENTE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA NR-12 E NR-35, SENDO ADEQUADO PARA SERVIÇOS EM ALTURA E MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS.</p>	LOTE 03	<p>Elevação de pessoal e materiais para execução de serviços em altura, como manutenção urbana, poda e intervenções em iluminação pública.</p>	7
--	---------	--	---

CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA. BARRA IRRIGADEIRA, ESGUICHOS BICO DE PATO, CARRETEL DE 30M A 60M DE COMPRIMENTO COM MANGUEIRA DE 1 ½ POLEGADA COM ESGUICHO REGULÁVEL, MANGOTE DE SUCÇÃO, SAÍDA POR PRESSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, BOMBA ACIONADA POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA A CAIXA DE MARCHAS DO VEÍCULO.	LOTE 03	Transporte e distribuição de água para lavagem de vias, apoio a serviços urbanos, irrigação e controle de poeira.	5
CAMINHÃO TIPO BAÚ, TRAÇÃO 4X2, MOTOR A DIESEL 156CV, PBT 8000 KG, CARGA ÚTIL DE 5000 KG, CARROCERIA EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5 METROS, COM PORTA LATERAL E TRASEIRA.	LOTE 03	Transporte protegido de ferramentas, materiais, equipamentos e insumos diversos utilizados nos serviços urbanos.	10
GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8500 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 30,4 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 14,30 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TRUCADO PBT 23.000 KG, POTÊNCIA DE 256 CV E CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	LOTE 03	Içamento, movimentação, carga, descarga e posicionamento de materiais, estruturas e equipamentos em serviços urbanos.	3
CAMINHÃO DE RESGATE DE VEÍCULOS DE PORTE MÉDIO COM CAPACIDADE DO GUINCHO DE 20 T - 236 KW	LOTE 03	Remoção, resgate e transporte de veículos de porte médio avariados, imobilizados ou em situação irregular.	2
TERRAPLANAGEM			

CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA	LOTE 04	Transporte e descarga de grandes volumes de terra, cascalho, areia, material de escavação e bota-fora em serviços de terraplanagem.	10
CAMINHÃO PIPA 14.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 16.540 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 256 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - BARRA IRRIGADEIRA, ESGUICHOS BICO DE PATO, CARRETEL DE 30M A 60M DE COMPRIMENTO COM MANGUEIRA DE 1 ½ POLEGADA COM ESGUICHO REGULÁVEL, MANGOTE DE SUCÇÃO, SAÍDA POR PRESSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, BOMBA ACIONADA POR TOMADA DE FORÇA ACOPLADA A CAIXA DE MARCHAS DO VEÍCULO.	LOTE 04	Umidificação de solo, controle de poeira, apoio à compactação e abastecimento de água nas frentes de terraplanagem.	5
CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	LOTE 04	Transporte de materiais, ferramentas, equipamentos e cargas diversas de apoio às atividades de terraplanagem.	4

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atendimento da necessidade administrativa identificada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para suprimento da demanda, bem como avaliar, sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, aquela que melhor atende ao interesse público e apresenta a relação mais vantajosa entre custo e benefício para a Administração Pública Municipal. A análise observou o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, considerando, ainda, as particularidades do objeto, a natureza variável da demanda entre os órgãos participantes e a necessidade de assegurar continuidade, flexibilidade e eficiência na execução dos serviços.

No levantamento realizado, foram examinadas contratações similares promovidas por

outros entes da Federação, referências praticadas no mercado, experiências administrativas pretéritas e a modelagem adotada para objetos correlatos, especialmente no que se refere à contratação por demanda e à utilização do Sistema de Registro de Preços. A partir dessa análise comparativa, foram identificadas as seguintes alternativas possíveis para atendimento da necessidade pública.

Solução 1 – Locação por adesão a atas de registro de preços vigentes.

Essa alternativa consiste na adesão a ata de registro de preços já formalizada por outro órgão ou entidade. Embora, em tese, possa representar maior celeridade procedimental em situações específicas, a solução mostrou-se menos adequada ao caso concreto, uma vez que as atas existentes podem não refletir integralmente a realidade operacional, quantitativa e logística do Município de Anápolis. Além disso, a adesão pode impor limitações quanto aos quantitativos disponíveis, às especificações técnicas, às condições de execução e aos valores registrados, os quais nem sempre se revelam compatíveis ou vantajosos frente à demanda consolidada dos órgãos municipais. Tal circunstância reduz a aderência da solução às necessidades efetivas da Administração e pode comprometer a economicidade da contratação.

Solução 2 – Realização de licitação própria com adoção do Sistema de Registro de Preços para locação sob demanda.

Essa alternativa consiste na instauração de procedimento licitatório específico para registro de preços, com vistas à futura e eventual contratação de locação de caminhões necessários, conforme demanda dos órgãos participantes. Trata-se de solução que permite o registro prévio de preços e condições contratuais, sem obrigar a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, possibilitando a utilização parcelada e conforme a efetiva necessidade ao longo da vigência da ata e do contrato. Essa modelagem mostra-se compatível com a natureza variável e dinâmica da demanda administrativa, favorece o planejamento, amplia a flexibilidade operacional, reduz riscos de ociosidade, racionaliza a aplicação dos recursos públicos e assegura maior aderência entre a contratação e a necessidade real dos órgãos demandantes.

Solução 3 – Licitação para aquisição definitiva dos bens, sem utilização do Sistema de Registro de Preços.

Essa alternativa consiste na promoção de licitação voltada à aquisição direta e imediata dos equipamentos demandados. Embora possa, em tese, assegurar a disponibilidade patrimonial dos bens, revelou-se menos vantajosa no caso em análise, sobretudo porque acarreta elevado desembolso inicial, amplia os custos associados à manutenção, seguros, depreciação, gestão patrimonial, armazenamento e eventual necessidade de operadores, além de vincular a Administração à aquisição integral do quantitativo estimado, mesmo diante da variabilidade da demanda entre os órgãos. Essa solução também reduz a flexibilidade de gestão, dificulta ajustes quantitativos ao longo do tempo e aumenta o risco de subutilização ou ociosidade dos bens adquiridos, comprometendo a eficiência administrativa e a economicidade da despesa pública.

A análise comparativa das alternativas evidenciou que a Solução 2, consistente na realização de licitação própria com adoção do Sistema de Registro de Preços para locação

sob demanda, apresenta-se como a mais vantajosa para a Administração, sob os prismas da conveniência, economicidade, eficiência e adequação operacional. Isso porque essa modelagem permite compatibilizar a contratação com a dinâmica real de utilização dos bens pelos diversos órgãos municipais, evitando tanto a rigidez da aquisição definitiva quanto as limitações inerentes à adesão a atas de terceiros.

Além disso, a solução escolhida possibilita: a redução de custos administrativos e operacionais; a continuidade da execução dos serviços conforme a necessidade efetivamente verificada; a mitigação do risco de desabastecimento ou paralisação das atividades; o melhor controle sobre a utilização dos recursos públicos; e a observância da disponibilidade orçamentária, já que a contratação ocorrerá de forma gradativa, mediante solicitação dos órgãos demandantes e conforme a efetiva necessidade administrativa.

Ressalta-se, ainda, que o levantamento de mercado indicou a existência de número satisfatório de fornecedores aptos a atuar no segmento, não se verificando, em princípio, indícios de restrição indevida à competitividade. As especificações técnicas foram definidas com base nas necessidades reais da Administração e nas condições usuais de mercado, buscando-se afastar exigências excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que pudessem restringir injustificadamente a participação de interessados. Desse modo, a modelagem adotada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente compatível com os princípios que regem as contratações públicas.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R\$ 43.356.035,32 (quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), conforme apuração constante do Termo de Referência.

A estimativa de custo da presente contratação foi elaborada com fundamento nos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Instrução Normativa IN-TCMGO nº 009/2023, especialmente no que se refere à pesquisa de preços, à utilização de referenciais oficiais, à adequada motivação técnica da cesta de preços adotada e à observância da rastreabilidade das fontes consultadas, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

Para a composição dos custos dos serviços e insumos com referência em bases oficiais de engenharia, foram adotados os referenciais do SINAPI, com data-base de 01/2026, e do SICRO, com data-base de 10/2025, por se tratarem de sistemas referenciais idôneos, amplamente aceitos pela Administração Pública e compatíveis com a natureza do objeto contratado. O valor estimado foi calculado considerando a execução contratual pelo período de 12 (doze) meses, refletindo a projeção dos quantitativos e custos necessários ao atendimento da demanda prevista para esse intervalo, conforme as premissas de consumo, utilização provável e necessidade administrativa identificadas na fase de planejamento da contratação.

Na formação do orçamento estimado, foram considerados os encargos inerentes à execução do objeto, os riscos ordinários do empreendimento e a adequada alocação de responsabilidades entre contratante e contratada, em conformidade com as premissas técnicas adotadas para a formação do orçamento. Consta, ainda, do Termo de Referência, a

adoção de BDI não desonerado no percentual de 23,38%, compatível com a natureza da contratação e com o regime tributário e previdenciário considerado na composição dos custos, contemplando os componentes indiretos incidentes sobre a execução contratual, tais como administração central, seguros, riscos, despesas financeiras, tributos e lucro.

Ressalta-se, por fim, que a metodologia adotada buscou conferir fidedignidade ao orçamento estimado, assegurar a viabilidade econômica da futura contratação e fornecer base técnica consistente para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da legalidade, do planejamento, da economicidade, da eficiência e da transparência.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução identificada como mais vantajosa para atender à necessidade da Administração Municipal consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de caminhões, com motorista, destinados ao atendimento das demandas operacionais do Município de Anápolis, sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços. O objeto foi estruturado em lotes tecnicamente organizados, contemplando diferentes tipologias de caminhões voltadas ao atendimento de atividades de limpeza urbana, pavimentação, serviços urbanos e terraplanagem, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência.

A contratação abrange a disponibilização de caminhões apropriados à execução de serviços operacionais essenciais, tais como coleta, carga, transporte e descarga de resíduos e materiais, sucção e desobstrução de dispositivos de drenagem, transporte e distribuição de água, apoio à pavimentação, transporte de insumos, içamento e movimentação de cargas, resgate de veículos e suporte às atividades de terraplanagem. Trata-se, portanto, de solução que busca assegurar meios materiais e operacionais adequados ao atendimento contínuo das frentes de serviço da Administração, observadas as prioridades institucionais, a sazonalidade das demandas e as necessidades efetivamente verificadas ao longo da execução contratual.

A modelagem adotada contempla, de forma integrada, a disponibilização dos veículos com motorista, a manutenção da frota, a substituição em caso de indisponibilidade, a observância das condições de regularidade documental, licenciamento, conservação, segurança e funcionamento, bem como o atendimento às Ordens de Serviço emitidas pela Administração. O faturamento mensal observará os quantitativos efetivamente autorizados, mobilizados, disponibilizados e atestados pela fiscalização, com sistemática própria de medição, inclusive por custo horário produtivo, quando aplicável, preservada a vinculação operacional entre o motorista e o respectivo caminhão utilizado na execução dos serviços.

Trata-se de contratação de natureza continuada, essencial à adequada execução de serviços públicos urbanos e de infraestrutura, na medida em que assegura maior capacidade de resposta da Administração diante de demandas ordinárias e extraordinárias, sem a necessidade de imobilização excessiva de capital em frota própria. A solução também favorece a racionalização dos gastos públicos, uma vez que permite a utilização dos veículos conforme a necessidade efetivamente constatada, com maior flexibilidade operacional e

melhor alocação dos recursos institucionais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável da demanda e da impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos a serem efetivamente utilizados ao longo da vigência da contratação. O próprio Termo de Referência registra que o SRP é recomendável quando houver necessidade de contratações frequentes, quando a remuneração ocorrer por unidade de medida e quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Além disso, o regime de empreitada por preço unitário foi adotado justamente porque a execução ocorrerá sob demanda, com medição posterior e apuração conforme a efetiva disponibilização e utilização dos caminhões.

A solução também contempla a organização do objeto em lotes estruturados, e não em itens isolados, em razão da complementaridade operacional entre os veículos, da necessidade de padronização do atendimento, da busca por maior eficiência logística e da redução dos custos administrativos de gestão e fiscalização contratual. O Termo de Referência justifica tecnicamente que a fragmentação excessiva do objeto comprometeria a uniformidade da frota disponibilizada, elevaria a complexidade operacional e ampliaria os riscos de descontinuidade na prestação dos serviços, ao passo que a adjudicação por lote favorece ganhos de escala, melhor coordenação operacional e maior interoperabilidade entre os equipamentos.

Por fim, a solução escolhida revela-se mais vantajosa do que a manutenção de frota própria, pois evita custos permanentes com aquisição, depreciação, manutenção, seguros, regularização documental, estrutura de gestão e risco de ociosidade dos veículos. Assim, a contratação pretendida mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente exequível e economicamente vantajosa, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, bem como às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Após análise técnica do objeto e das alternativas possíveis de estruturação da disputa, concluiu-se pela adoção do parcelamento da contratação em lotes estruturados, agrupados segundo critérios de afinidade técnica, complementaridade operacional, racionalidade logística e vantajosidade administrativa. Tal modelagem mostrou-se a mais adequada ao caso concreto, por permitir que caminhões com funções correlatas e utilização integrada sejam contratados de forma conjunta, sem prejuízo à competitividade e com ganhos relevantes de escala, coordenação e eficiência na execução contratual.

A opção pelo parcelamento em lotes, em vez da adjudicação por item isolado, decorre da constatação de que os veículos que compõem cada grupo apresentam interdependência funcional e são usualmente demandados de forma articulada pelos órgãos participantes. Nesse contexto, a fragmentação excessiva da contratação poderia comprometer a padronização operacional da frota disponibilizada, dificultar a logística de mobilização, substituição e reposição dos caminhões, ampliar os custos administrativos de gestão e fiscalização contratual e elevar os riscos de descontinuidade ou ineficiência na prestação dos serviços. O próprio Termo de Referência registra que a atuação simultânea de múltiplos

fornecedores, cada qual com rotinas, prazos e padrões próprios, tenderia a aumentar a complexidade logística e operacional da contratação.

Além disso, verificou-se que o agrupamento por lotes favorece a obtenção de condições comerciais mais vantajosas para a Administração, na medida em que possibilita à futura contratada diluir custos fixos e operacionais, tais como mobilização, manutenção, suporte técnico, gestão administrativa e logística, refletindo em maior economicidade e em propostas mais compatíveis com a escala da contratação. A modelagem adotada também se mostra aderente à realidade do mercado, no qual há empresas com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para atender integralmente aos respectivos lotes, sem configurar restrição indevida à ampla competitividade.

Diante disso, será adotado como critério de julgamento o menor preço por lote, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão de essa forma se revelar a mais adequada para a seleção da proposta mais vantajosa, consideradas as características técnicas e operacionais do objeto. O Termo de Referência também fundamenta essa escolha no art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como na regulamentação municipal aplicável, ao demonstrar a inviabilidade da adjudicação por item e a vantagem técnica, operacional e econômica do agrupamento em lotes.

Do mesmo modo, o regime de execução será o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a contratação será processada por Sistema de Registro de Preços, em cenário no qual não é possível definir previamente, com exatidão, os quantitativos efetivos que serão demandados pelos órgãos participantes ao longo da vigência da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes. Assim, a remuneração observará a medição dos quantitativos efetivamente autorizados, disponibilizados, utilizados e atestados pela fiscalização contratual.

Essa modelagem assegura maior aderência entre a contratação e a demanda real da Administração, permitindo contratações sob demanda, com flexibilidade operacional, racionalização de custos, melhor controle da execução e observância dos princípios da economicidade, da eficiência, do planejamento e da vantajosidade administrativa. Assim, o parcelamento em lotes estruturados revela-se técnica e economicamente justificável, compatível com a natureza do objeto e apto a proporcionar melhor desempenho contratual e melhor atendimento ao interesse público.

Dos Fundamentos dessa Justificativa

O Município de Anápolis tem cerca de 400.000 habitantes, as ações da frota do município, abrange todas as áreas de atuação em atendimento à população compreendendo: Saúde, Educação, Infraestrutura, Administração, ação social, planejamento e economia dentre outras.

Nesse sentido, a Gestão de Frota Municipal deve prestigiar a eficiência e economia de escala, não se sustenta em prestigiar o particular em detrimento da coletividade.

Para realização do procedimento licitatório foi adotado o Sistema de Registro de Preços nos termos do inciso II do art. 40 da Lei 14.133/2021 e no art. 3º do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Lei 14.133/2021

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

- I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
 - II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;
 - (...)
- Dec. 52.132/2025
- Art. 3º O SRP será adotado, preferencialmente:
- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
 - II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
 - III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
 - IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- (...)

Ao realizar a Intenção de Registro de Preços – IRP, junto aos diversos órgãos do município verificou-se uma demanda diversificada de veículos, caminhões e maquinários, consolidadas conforme planilhas apresentadas no Anexo I deste documento.

Diante da complexidade de licitar todos os veículos por item e segregados por cada pasta, o município teria um custo operacional elevado, centro de custos diferenciados por pasta dentre outras particularidades de gestão e fiscalização de inúmeros contratos.

A solução adotada veio de encontro com a divisão da contratação por segmento técnico do objeto, ou seja, foram instaurados 04 (quatro) processos licitatórios com os seguintes objetos:

- 1. Maquinários, equipamentos e implementos:** Processo SEI nº 01125.00002424/2025-68 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de maquinários, equipamentos e implementos, com e sem operador/motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda.
- 2. Caminhões:** Processo SEI nº 01125.00002875/2025-03 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhões, com e sem operador/motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda.
- 3. Veículos utilitários e de transporte:** Processo SEI nº 01125.00002876/2025-40 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos utilitários e de transporte, com e sem operador/motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda.
- 4. Veículos leves:** Processo SEI nº 01125.00002877/2025-94 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda.

A divisão proposta não é aleatória; ela respeita a segmentação do mercado automotivo e de máquinas. Empresas que operam com veículos leves raramente possuem a mesma estrutura logística e de manutenção que empresas de maquinário pesado. Foram analisados também a Padronização e Logística, quais sejam:

Interoperabilidade e Manutenção: Ao agrupar itens por categorias (ex: Grupo 3 –

Serviços Urbanos), a Administração facilita a gestão da manutenção. Frotistas especializados em caminhões possuem oficinas e contratos de peças específicos para essa categoria, o que reduz o downtime (tempo de máquina parada).

Gestão de Contratos: Gerenciar inúmeros contratos individuais (um para cada tipo de veículo) geraria um custo administrativo proibitivo. O agrupamento em 4 lotes otimiza a fiscalização sem ferir a competitividade, pois cada lote é amplo o suficiente para atrair diversos players do setor, até porque está aberta a participação de consórcio, onde as empresas de menor porte podem formar seus consórcios.

Mitigação de Riscos: A aglutinação de itens correlatos evita o "risco de colcha de retalhos", onde a prefeitura depende de múltiplos fornecedores pequenos que podem não ter fôlego financeiro para suportar substituições rápidas de frota.

Fundamentação Econômica: Economia de Escala e Atratividade

Seleção do Mercado Frotista: O agrupamento visa atrair empresas que operam com ganho de escala. Um frotista de caminhões consegue preços de seguro, pneus e peças muito menores que um locador individual, repassando essa economia para o lance na licitação.

Custos Indiretos (Acórdão 1.785/2009 - TCU): A economia obtida ao licitar cada item isoladamente seria anulada pelo aumento dos custos de gestão do contrato. O agrupamento reduz a burocracia de faturamento, monitoramento de frota e vistorias.

Lote como Unidade de Eficiência: No Lote (Máquinas Pesadas), por exemplo, a empresa vencedora pode compartilhar estruturas de apoio (caminhão-prancha para transporte, mecânicos especializados) entre a patrôla e a retroescavadeira, reduzindo o preço global.

A opção pela adjudicação por Grupos/Lotes, em detrimento da adjudicação por itens isolados, fundamenta-se na busca pela máxima eficiência administrativa e economia de escala, em consonância com a exceção prevista na Súmula TCU nº 247.

Tecnicamente, a divisão respeita a especialização do mercado: empresas de locação de veículos leves não detêm, via de regra, expertise ou frota de maquinário pesado, e vice-versa. O agrupamento por afinidade (Leves, Utilitários, Pesados e Máquinas) garante que a licitante vencedora possua estrutura logística compatível com a natureza dos bens, assegurando a continuidade do serviço público.

Economicamente, a formação dos lotes atrai o mercado frotista, permitindo que o ganho de escala na manutenção e operação dos veículos resulte em propostas mais vantajosas (menor preço global do lote), conforme admitido pelo Acórdão 2.977/2012 - TCU Plenário."

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida tem por finalidade assegurar maior eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, mediante a locação sob demanda de caminhões, com motorista, necessários à execução das atividades institucionais da Administração Municipal. Com a adoção desse modelo, a Administração passa a dispor dos veículos conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando a imobilização de capital em frota própria, reduzindo encargos permanentes relacionados à aquisição, manutenção, renovação e depreciação patrimonial, e ampliando a capacidade de resposta às demandas operacionais dos órgãos participantes.

Sob a perspectiva da economicidade, o resultado pretendido consiste na racionalização da despesa pública por meio de pagamento vinculado à efetiva disponibilização e utilização dos veículos contratados, em consonância com a dinâmica de execução por demanda. Busca-se concentrar o gasto público nas frentes de serviço efetivamente ativas, reduzir custos fixos elevados associados à aquisição e manutenção de frota própria, conferir maior previsibilidade

às despesas e mitigar perdas decorrentes de ociosidade, subutilização dos caminhões ou necessidade de aquisição integral de ativos sem correspondência imediata com a demanda real da Administração. Espera-se, ainda, a redução de retrabalhos e ineficiências operacionais, na medida em que a disponibilização tempestiva do veículo adequado tende a favorecer melhor desempenho de campo e maior regularidade na execução dos serviços.

No que se refere aos recursos humanos, almeja-se que as equipes técnicas e administrativas do Município concentrem sua atuação nas atividades finalísticas de planejamento, coordenação, fiscalização, medição e controle da execução contratual, em vez de absorver encargos estruturais relacionados à gestão de frota própria, manutenção corretiva, logística de reposição e administração patrimonial. A disponibilização de motoristas vinculados à execução contratual também busca conferir maior segurança, regularidade e produtividade às operações, reduzindo riscos decorrentes de indisponibilidade de pessoal ou de inadequada condução dos veículos. Pretende-se, assim, evitar a paralisação das equipes em razão da ausência de meios operacionais, permitindo o atendimento simultâneo de múltiplas frentes de trabalho com melhor aproveitamento da estrutura existente.

Quanto aos recursos materiais, pretende-se assegurar uso mais racional dos insumos empregados nas atividades executivas, uma vez que a disponibilização de caminhões adequados tende a reduzir desperdícios, melhorar o desempenho das operações de carga, transporte, descarga, sucção, distribuição e apoio logístico, bem como preservar a qualidade dos serviços já executados. Busca-se, ainda, reduzir paralisações prolongadas decorrentes de falhas mecânicas ou indisponibilidades operacionais, tendo em vista que a contratada deverá assegurar a manutenção, a substituição e a regularidade dos veículos colocados à disposição da Administração. A padronização mínima das especificações técnicas também contribui para facilitar a fiscalização, o recebimento, a substituição de unidades e a interoperabilidade operacional entre os caminhões contratados.

Sob a ótica dos recursos financeiros, o resultado pretendido é a proteção do orçamento público contra dispêndios excessivos e rigidez financeira decorrente da aquisição definitiva de ativos, permitindo que a despesa acompanhe a efetiva execução das atividades e a necessidade concreta dos órgãos demandantes. Busca-se organizar o fluxo de caixa por meio de medições compatíveis com a utilização efetiva dos veículos e com a lógica contratual adotada, bem como transferir à contratada os riscos ordinários relacionados à manutenção, à reposição, à conservação e à disponibilidade operacional da frota locada, mitigando impactos financeiros diretos sobre o erário.

No aspecto da sustentabilidade, a contratação deverá observar, sempre que tecnicamente viável, critérios de responsabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, em consonância com a legislação aplicável e com as diretrizes de contratações sustentáveis. Assim, pretende-se priorizar veículos e soluções que apresentem maior durabilidade, menor impacto ambiental, observância das normas de controle de emissão de poluentes e adequação às condições de segurança, funcionamento e conservação exigidas para a execução contratual. A adoção desses critérios contribuirá para uma prestação mais eficiente, responsável e alinhada à boa gestão ambiental.

Registra-se, ainda, que não haverá indicação de marcas ou modelos específicos,

permanecendo a cargo da futura contratada a escolha dos veículos a serem disponibilizados, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e os requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência. Tal diretriz visa preservar a competitividade, a isonomia entre os licitantes e a ampla participação de fornecedores aptos à execução do objeto.

Em síntese, os resultados pretendidos com a contratação consistem em ampliar a capacidade de atendimento das demandas municipais, reduzir o tempo de resposta operacional, assegurar continuidade às frentes de serviço, melhorar a relação entre custo e resultado entregue, aumentar a eficiência da gestão contratual e evitar a expansão desnecessária da estrutura permanente da Administração. A solução escolhida busca, assim, viabilizar maior produtividade institucional, melhor aplicação dos recursos públicos e prestação mais eficiente dos serviços de interesse coletivo.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à adequada preparação da fase de execução contratual, de modo a assegurar que o início da prestação dos serviços ocorra com planejamento, governança, instrumentos de controle e fluxos administrativos devidamente estruturados. Tais providências são indispensáveis para garantir a regularidade da contratação, a eficiência da fiscalização, a correta medição dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, administrativos e financeiros.

No âmbito do planejamento e da validação da demanda, a Administração deverá consolidar, de forma definitiva, as necessidades dos órgãos participantes, compatibilizando os quantitativos estimados, as frentes de serviço, as prioridades operacionais e os cronogramas prováveis de utilização dos caminhões e dos respectivos motoristas. Deverá, ainda, detalhar o escopo contratual com foco nos resultados esperados, nos padrões mínimos de desempenho, nas condições de mobilização e disponibilização dos veículos e nos riscos inerentes à execução, inclusive prevendo medidas de contingência para hipóteses de indisponibilidade, falha operacional, substituição de veículos ou motoristas e oscilações de demanda.

No tocante à governança contratual, a Administração deverá promover a designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, com observância da segregação de funções e definição clara de competências, responsabilidades, fluxos decisórios e procedimentos de comunicação. Essa providência deverá contemplar a atuação da Unidade Gestora da Frota, da Gerência de Frota, dos fiscais setoriais e dos órgãos demandantes, de modo a assegurar atuação coordenada entre as áreas responsáveis pelo acompanhamento da execução, pelo atesto, pela medição, pelo controle da utilização dos veículos e pela eventual adoção de providências corretivas ou sancionatórias.

A Administração também deverá estruturar previamente o plano de fiscalização e medição, com elaboração de checklists, rotinas de inspeção, formulários e critérios objetivos para acompanhamento da execução contratual. Deverão ser definidos, entre outros aspectos,

os procedimentos de mobilização e desmobilização, os critérios de aceite e rejeição dos veículos disponibilizados, as rotinas de vistoria em campo, os procedimentos de substituição de caminhões e motoristas, os parâmetros de controle de disponibilidade, bem como as regras para glosa, registro de ocorrências, atesto e apuração da medição mensal. Também deverão ser padronizadas as formas de aferição das horas efetivamente trabalhadas, a conferência das Ordens de Serviço e Ordens de Tráfego, o uso de registros fotográficos e documentais e a validação dos relatórios operacionais encaminhados pela contratada e pelos órgãos demandantes.

No que se refere às ferramentas e à infraestrutura administrativa de suporte, a Administração deverá disponibilizar modelos padronizados de documentos e instrumentos de controle, tais como Ordem de Serviço, Ordem de Tráfego, relatórios de fiscalização, boletins de medição, notificações, termos de ocorrência e demais expedientes necessários ao acompanhamento contratual. Também deverá providenciar sistema, pasta administrativa ou repositório oficial para registro e guarda das evidências de execução, incluindo documentos de medição, registros fotográficos, relatórios operacionais, comunicações formais e demais elementos de rastreabilidade da execução. Conforme a necessidade do objeto, deverão ser igualmente organizadas as condições mínimas de suporte às frentes de trabalho, especialmente quanto a acesso, circulação, abastecimento, sinalização e segurança.

Quanto à capacitação dos gestores, fiscais e equipes envolvidas, recomenda-se a realização de orientação prévia, objetiva e suficiente, antes da assinatura contratual, abrangendo o escopo do objeto, os resultados esperados, as obrigações da contratada, os procedimentos de fiscalização, os critérios de medição, os mecanismos de registro de evidências, os fluxos para comunicação de ocorrências e solicitação de substituições, a forma de aplicação de glosas e sanções, bem como os cuidados relacionados à segurança, à conformidade ambiental, à prevenção de conflitos de interesse e à adequada comunicação entre as frentes de serviço e as unidades administrativas responsáveis. Essa providência contribui para reduzir falhas interpretativas, uniformizar procedimentos e conferir maior segurança à execução contratual desde o início da vigência.

No campo das interfaces e da comunicação interna e externa, a Administração deverá orientar previamente as equipes requisitantes sobre a forma correta de solicitação dos veículos, os prazos, os níveis de prioridade, os canais oficiais de comunicação e os procedimentos para alteração, remarcação, reforço ou dispensa de itens. Deverá, ainda, estabelecer calendário interno de consolidação das demandas, fluxo de tramitação entre os órgãos demandantes e a Unidade Gestora da Frota, bem como canal único e formal de comunicação com a futura contratada, de modo a evitar solicitações informais, desencontro de informações e inconsistências na execução e na medição dos serviços.

Sob o aspecto dos controles e da conformidade, a Administração deverá adotar, previamente à celebração do contrato, todas as providências necessárias à regular instrução do processo, inclusive verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, emissão das autorizações pertinentes, conferência das condições de habilitação da futura contratada, análise de eventuais impedimentos legais, validação da minuta contratual e alinhamento com os mecanismos de controle interno e supervisão da execução. Tais providências são

essenciais para garantir segurança jurídica, conformidade procedimental e integridade na fase de execução.

Por fim, recomenda-se que a assinatura do contrato seja precedida da verificação objetiva do cumprimento das providências preparatórias mínimas, especialmente quanto à aprovação do plano de fiscalização, designação formal da equipe de gestão e fiscalização, disponibilização dos modelos e sistemas de controle, definição dos fluxos de medição e comunicação e estabelecimento do calendário inicial de acompanhamento contratual. Com isso, busca-se iniciar a execução com processos, agentes públicos e instrumentos administrativos devidamente preparados, reduzindo a curva de aprendizado, prevenindo interrupções, fortalecendo a fiscalização e assegurando maior eficiência, continuidade e melhor relação custo-benefício desde o início da contratação.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No âmbito da presente contratação, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes cuja celebração constitua condição prévia, concomitante ou indispensável à viabilidade da solução pretendida, uma vez que o objeto possui autonomia funcional e operacional suficiente para ser executado de forma independente, nos termos das condições estabelecidas no presente processo.

Ressalta-se, contudo, que a execução contratual demandará a regular atuação dos mecanismos administrativos ordinários de gestão, fiscalização, medição, emissão de ordens de serviço e controle operacional, próprios da estrutura da Administração, os quais não se confundem com contratações autônomas interdependentes, mas sim com providências inerentes à adequada execução do futuro ajuste.

Assim, conclui-se que o objeto pode ser licitado e executado de forma autônoma, sem dependência jurídica ou material de outras contratações específicas, sem prejuízo da utilização de instrumentos administrativos internos e sistemas de controle eventualmente adotados pela Administração para fins de acompanhamento, supervisão e fiscalização contratual.

12 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Exigências mínimas na contratação

A execução contratual deverá observar requisitos mínimos de desempenho operacional, segurança, conservação ambiental e rastreabilidade, de modo a assegurar que os caminhões disponibilizados atendam, de forma contínua e adequada, às necessidades da Administração, sem prejuízo à qualidade dos serviços, à segurança das frentes de trabalho e à proteção do meio ambiente. Nesse contexto, os veículos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, com manutenção preventiva e corretiva em dia, sendo obrigatória sua imediata substituição sempre que apresentarem vazamentos, emissão excessiva de fumaça, falhas mecânicas, irregularidades operacionais ou quaisquer condições incompatíveis com a execução regular e segura dos serviços.

Cada veículo deverá dispor, sempre que aplicável, de conjunto mínimo de resposta a

incidentes ambientais, composto por materiais aptos à contenção e recolhimento de pequenos derramamentos, tais como bandejas de contenção, mantas absorventes, funis, recipientes apropriados e demais itens equivalentes necessários à pronta atuação em caso de vazamento ou respingo de combustíveis, óleos, ARLA 32 e demais fluidos. Fica vedada a realização de trocas de óleo, lavagens, reparos com potencial poluidor ou quaisquer intervenções dessa natureza em via pública, solo exposto ou local desprovido de proteção adequada, devendo tais procedimentos ocorrer somente em áreas tecnicamente apropriadas, com piso impermeável, mecanismos de contenção e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Os motoristas vinculados à execução contratual deverão receber orientação compatível com a condução ambientalmente adequada dos veículos e com os procedimentos de resposta a incidentes operacionais e ambientais.

Solo e água

A execução dos serviços deverá adotar medidas preventivas destinadas à proteção do solo, da drenagem urbana e dos corpos hídricos eventualmente existentes nas áreas de intervenção ou em seu entorno. Sempre que houver risco de carreamento de sedimentos, deverá ser evitada a deposição inadequada de materiais transportados, bem como adotadas medidas de contenção compatíveis com a natureza da operação, especialmente nas proximidades de bocas de lobo, galerias, canais, cursos d'água e demais dispositivos de drenagem. Os materiais transportados, quando suscetíveis à dispersão, deverão ser acondicionados e conduzidos de forma a reduzir arraste, derramamento e erosão, inclusive com cobertura da carga, quando tecnicamente cabível.

As rotas de circulação e os acessos operacionais deverão ser previamente definidos, de modo a evitar tráfego desnecessário em áreas impróprias, danos evitáveis ao terreno adjacente e interferências indevidas sobre a drenagem local. O abastecimento dos veículos deverá ocorrer com adoção de medidas de contenção, inclusive utilização de bandejas ou sistemas equivalentes, sendo obrigatória a imediata contenção, recolhimento, registro e tratamento de qualquer derramamento ou respingo verificado durante a operação.

Poeira e emissões

A contratada deverá adotar medidas de controle de poeira e emissões atmosféricas sempre que as condições operacionais indicarem necessidade, especialmente nas atividades de transporte de terra, areia, brita, resíduos, galhadas, fresado, sedimentos e demais materiais soltos. Entre as medidas cabíveis, incluem-se a cobertura adequada das caçambas ou compartimentos de carga, a redução da velocidade operacional em vias não pavimentadas ou áreas sensíveis, a adequada conservação dos veículos e a observância das normas de controle de emissão de poluentes. Os caminhões utilizados deverão, sempre que possível, apresentar boas condições de combustão, sistemas de escapamento regulares, silenciadores operantes e manutenção em dia, de modo a reduzir emissões excessivas e desconformidades ambientais.

Ruído e vibração

A execução dos serviços deverá observar práticas de mitigação de ruído e vibração, especialmente quando realizada em áreas sensíveis ou próximas a unidades escolares, unidades de saúde, áreas residenciais e edificações vulneráveis. Sempre que possível,

deverão ser definidos horários de operação compatíveis com a minimização de impactos à vizinhança e ao funcionamento de atividades essenciais. Nos casos de circulação ou operação em áreas urbanas consolidadas, recomenda-se a adoção de sinalização adequada, disciplina operacional e, quando a natureza do serviço justificar, comunicação prévia aos setores competentes.

Vegetação, fauna e paisagem

Nas áreas em que houver vegetação a preservar, a contratada deverá adotar medidas de proteção física e operacional, evitando deposição de materiais, manobras inadequadas, compactação indevida do solo e danos a áreas sensíveis. Qualquer supressão vegetal somente poderá ocorrer quando expressamente autorizada pela autoridade competente e em conformidade com a legislação aplicável. Os resíduos vegetais eventualmente gerados deverão ser prontamente removidos e destinados de forma adequada. As frentes de serviço deverão ser mantidas em condições organizadas, com redução do impacto visual, controle da dispersão de resíduos e preservação das condições mínimas de limpeza, segurança e ordenamento operacional.

Resíduos e efluentes

Os resíduos decorrentes da manutenção, operação ou apoio aos serviços, tais como panos contaminados, filtros, embalagens, recipientes, sobras de insumos e materiais equivalentes, deverão ser acondicionados em recipientes apropriados, identificados e destinados de forma ambientalmente regular, por meio de empresa ou sistema apto e, quando cabível, licenciado, com a devida guarda dos comprovantes de destinação. É vedada a lavagem de peças, componentes ou veículos diretamente sobre solo exposto ou em local sem retenção adequada. Eventuais efluentes deverão ser contidos, recolhidos e encaminhados à destinação ambientalmente apropriada, observadas as normas aplicáveis.

Mobilidade e segurança

A contratada deverá adotar sinalização adequada nas frentes de serviço e nas rotas de circulação dos caminhões, de forma a garantir segurança operacional, mobilidade e redução de riscos a trabalhadores, usuários da via e terceiros. Eventual material derramado em via pública deverá ser imediatamente removido. Os dispositivos de drenagem eventualmente afetados pela execução deverão ser desobstruídos ao final de cada jornada ou sempre que necessário, de modo a evitar alagamentos, obstruções e prejuízos ao sistema de escoamento local.

Chuvas e emergências

A contratada deverá observar procedimentos preventivos para períodos chuvosos e situações emergenciais, suspendendo ou adequando atividades que possam provocar arraste de materiais, contaminação, derramamentos ou agravamento de riscos operacionais. Antes de eventos climáticos relevantes, deverão ser reforçadas, quando necessário, as medidas de contenção e proteção das frentes de serviço. Em caso de incidente ambiental ou operacional, a resposta deverá contemplar, no mínimo, a contenção, o recolhimento, o registro formal da ocorrência, a comunicação aos responsáveis e a adoção das medidas saneadoras cabíveis, somente sendo admitida a retomada plena das atividades após a devida regularização da área afetada.

Gestão, fiscalização e evidências

A execução contratual deverá ser acompanhada por instrumentos formais de controle e evidência, incluindo checklists de mobilização, inspeção diária e desmobilização, registros operacionais, relatórios fotográficos, planilhas de medição, Ordens de Serviço, Ordens de Tráfego e demais documentos de fiscalização adotados pela Administração. Sempre que aplicável, os registros deverão permitir rastreabilidade suficiente para comprovar a regularidade da execução, das medidas de controle ambiental, das ações corretivas adotadas e da destinação dos resíduos gerados. O descumprimento de exigências ambientais, operacionais ou de segurança poderá ensejar glosa dos períodos não conformes, determinação de correção imediata, substituição do veículo e aplicação das demais medidas contratuais cabíveis.

Resultado esperado

Com a adoção dessas exigências mínimas, busca-se assegurar execução contínua, segura e ambientalmente responsável, com redução de poeira, lama, emissões irregulares, vazamentos e impactos evitáveis sobre solo, água, drenagem e áreas urbanas, bem como com manutenção de registros simples, objetivos e verificáveis que permitam à Administração comprovar o cumprimento das boas práticas durante toda a execução contratual.

13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Após a realização das análises técnicas, operacionais, mercadológicas e econômicas pertinentes, conclui-se que a contratação pretendida é viável, adequada e necessária ao atendimento das demandas apresentadas pelos órgãos e secretarias do Município de Anápolis, revelando-se compatível com as necessidades administrativas identificadas e com os objetivos institucionais da Administração Pública.

A solução proposta, estruturada por meio de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação sob demanda, mostra-se tecnicamente apta a assegurar maior flexibilidade operacional, continuidade da prestação dos serviços, racionalização da utilização dos recursos públicos e aderência à dinâmica real das necessidades dos órgãos participantes. Trata-se de modelagem que se apresenta operacionalmente exequível, juridicamente admissível e economicamente vantajosa, especialmente por evitar a imobilização desnecessária de recursos, permitir contratações conforme a demanda efetiva e conferir maior eficiência à gestão da execução contratual.

Verificou-se, ainda, que a contratação foi concebida com base em levantamento de necessidades reais, análise de mercado, avaliação comparativa de alternativas disponíveis e definição de requisitos técnicos proporcionais e compatíveis com o interesse público, sem imposição de exigências indevidas que comprometam a competitividade do certame. Do mesmo modo, a solução adotada guarda conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da razoabilidade, da sustentabilidade e da vantajosidade administrativa, além de observar as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

Também se conclui que a contratação apresenta compatibilidade com a capacidade

administrativa de gestão e fiscalização do futuro ajuste, bem como com as premissas orçamentárias consideradas na fase preparatória, mostrando-se apta a proporcionar atendimento adequado, contínuo e eficiente às demandas operacionais do Município.

Diante do exposto, a equipe de planejamento manifesta-se favoravelmente à contratação pretendida, por entendê-la como solução tecnicamente compatível, administrativamente adequada, juridicamente válida e orçamentariamente viável para suprir a necessidade pública identificada, recomendando-se, assim, o regular prosseguimento do feito.

Anápolis, data da assinatura eletrônica.

CLEYTON SOARES DA SILVA

Assessor Técnico de Projetos

LORENA VIEIRA HATSUGAI

Assessora Técnica de Projetos

Ciente e de acordo.

THIAGO DE SÁ LIMA

Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Cleyton Soares Da Silva**, **Servidor Municipal**, em 06/05/2026, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Vieira Hatsugai**, **Servidor Municipal**, em 06/05/2026, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2395244** e o código CRC **6DB83743**.

01125.00002875/2025-03

2395244v3

Av. Brasil numero 200 Sede da Prefeitura - Bairro CENTRO - CEP 75075-210 - Anápolis - GO , SEDE DA PREFEITURA - - www.anapolis.go.gov.br

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 01125.00002875/2025-03)

CONTRATO Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA _____, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, COM MOTORISTA, PARA ATENDER À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, SOB DEMANDA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

A Prefeitura de Anápolis-GO, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Administração, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis – GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Prefeito MÁRCIO AURÉLIO CORRÊA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01125.00002875/2025-03 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhões, com e sem operador/motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITE	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDAD E DE	QUANTIDAD	VALOR UNITÁRI	VALOR
-----	---------------	--------	----------------	-----------	------------------	-------

M			MEDIDA	E	O	TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observados o disposto nos artigos 80 a 86, do Decreto Municipal nº 48.890/2023.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

2.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme artigo 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

4.2. O reajuste acontecerá através da aplicação do índice IPCA/IBGE.

4.3. A data-base para aplicação do reajuste corresponderá à data do orçamento estimado da contratação, tomando-se por referência as planilhas orçamentárias elaboradas pela Administração, fundamentadas em composições e insumos extraídos de bases oficiais e reconhecidas, tais como SINAPI, SICRO, bem como composições próprias da Prefeitura de Anápolis, todas com data de referência em 16 de março de 2026.

4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo/apostilamento.

4.7. Para solicitação do reajuste a CONTRATADA deverá protocolar na Gerência de Frota o pedido de reajustamento, informando para:

4.7.1. Reajuste dos preços da locação dos veículos:

4.7.1.1. O índice apurado no período, sua fonte e planilha com os preços reajustados, para obter autorização legal através de ato administrativo, que formalizará o reajuste por apostilamento;

4.7.1.2. Os preços unitários serão reajustados pelo índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que vier a substituí-lo, nos termos da Legislação Federal em Vigor;

4.7.1.3. A data base para início do novo reajuste referente à locação será contada a partir do requerimento por parte do contratado.

4.7.1.4. Os reajustes subsequentes observarão a data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concebido e estarão sujeitos à anualidade prevista nos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº. 10.192/2001.

4.7.1.5. O reajuste do preço da locação dos veículos será obtido pela simples multiplicação do preço unitário mensal da locação, pelo respectivo índice acumulado no período de 12 (doze) meses, IPCA;

4.7.1.6. Em hipótese alguma será admitida retroatividade para fins de reajustamento.

4.7.2. Repactuação dos Preços da mão de obra dos Motoristas e Operadores:

4.7.2.1. Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes da classe, planilha com os preços reajustados;

4.7.2.2. O preço da mão de obra dos motoristas será reajustado, com base no Art. 55, inciso II da IN nº 5, de 25 de maio de 2017, conforme a data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos;

4.7.2.3. A repactuação do preço da mão de obra dos operadores será obtida pela simples multiplicação do valor mensal do turno, pelo respectivo índice de reajuste salarial constante no referido Acordo Coletivo de Trabalho da categoria.

4.8. O prazo para resposta a pedidos de repactuação e reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

5.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados conforme determina o artigo 117 da Lei 14.133/2021, bem como o artigo 3º, inciso XXI da Instrução Normativa nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e do art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município.

5.1.2. Os representantes da administração acima mencionados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for

necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/2021.

5.1.3. As decisões que ultrapassarem a competência do representante serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º da Lei 14.133/2021.

5.1.4. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos produtos a serem fornecidos;

5.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas;

5.1.6. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.1.7. Definir cronograma de serviços, bem como a localização das intervenções, prioridades definidas pelos órgãos demandantes;

5.1.8. Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com os serviços executados e previamente atestados pelo órgão demandante, quando em conformidade com o presente instrumento, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;

5.1.9. Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, com objetivo de dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos

5.1.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos.

5.1.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.12. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

5.1.13. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE;

5.1.14. Responder eventuais pedidos de repactuação e reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme prevê o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, salvo 25% (vinte e cinco por cento) previsto por lei, mediante autorização previa do CONTRATANTE, conforme estabelecido neste termo;
- 6.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos maquinários(s)/equipamento(s)/veículo(s), motoristas e operadores necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;
- 6.3. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 6.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 6.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- 6.6. Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 6.7. Prestar à Administração, sempre que necessário esclarecimento sobre os serviços, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos;
- 6.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em consonância com o disposto no artigo 92, XVI da Lei nº 14.133/2021;
- 6.9. Prestar os serviços requisitados pelo CONTRATANTE, conforme demanda e necessidade apontada pelos órgãos do Município, nos termos do art. 65 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.10. Manter os motoristas e/ou operadores nos horários predeterminados pela Administração;
- 6.11. Utilizar motoristas e operadores habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.12. Apresentar os motoristas/operadores devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 6.13. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos motoristas e/ou operadores que adentraram o órgão para a execução do serviço;
- 6.14. Instruir seus motoristas e operadores quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, em especial ao Decreto Municipal nº 997, de 15 de maio de 2018 que

regulamenta a gestão de frota no âmbito do Município e das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.15. Relatar ao CONTRATANTE - Unidade Gestora da Frota, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.18. Prover o adequado transporte e manuseio dos maquinários (s)/equipamento(s)/veículo(s), objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

6.19. Emitir Nota Fiscal/Fatura e todos os documentos pertinentes contemplando o valor dos serviços executados, destacando, na mesma, o valor relativo à mão de obra dos motoristas/operadores, para que a CONTRATANTE faça a retenção da alíquota correspondente, conforme legislação vigente;

6.20. Responder em até 05 (cinco) dias úteis as diligências exaradas pela CONTRATANTE, após notificação;

6.21. Manter sempre plotados os maquinários (s)/equipamento(s)/veículo(s).

6.22. A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar falhas, assim como pela adequação dos mesmos às exigências do edital de licitação.

6.23. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, todas as outras obrigações dispostas nesta cláusula;

6.24. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior;

6.25. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

6.25.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.25.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.25.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

6.25.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

6.25.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 6.26. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 6.27. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 6.29. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 6.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 6.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.33. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1. Para os fins da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a Contratante atua na qualidade de Controladora dos dados, e a Contratada atua na qualidade de Operadora, cabendo a esta realizar o tratamento de dados pessoais estritamente de acordo com as diretrizes documentadas e finalidades estabelecidas neste contrato.
- 7.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 7.3. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.
- 7.4. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações

acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

7.5. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

7.6. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

7.7. A Contratada deverá indicar formalmente à Administração, no ato da assinatura deste contrato, um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), fornecendo nome completo, e-mail e telefone, o qual atuará como canal de comunicação direto com a Prefeitura de Anápolis, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

7.8. A Contratada assume integral e exclusiva responsabilidade por quaisquer danos, sejam eles patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, bem como sanções administrativas e multas, resultantes de infrações à LGPD ou incidentes de segurança (vazamentos) causados por sua culpa, dolo ou negligência, garantindo-se à Contratante o pleno direito de regresso caso venha a ser responsabilizada ou condenada solidariamente.

7.9. Encerrada a vigência contratual, a Contratada obriga-se a eliminar de forma segura ou devolver à Contratante todos os dados pessoais coletados e tratados durante a execução do objeto (incluindo dados de rastreamento e biometria), fornecendo termo formal de descarte ao fiscal do contrato, sendo vedada a sua retenção, exceto nas estritas hipóteses legais previstas no art. 16 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 10.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 10.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 10.5.3. Das indenizações e multas.
- 10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 10.7. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 10.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 10.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 10.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).
- 11.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 11.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa será paga com recursos próprios através da Dotação Orçamentária nº XXXXXXXXXXXXXXXX – Apoio Administrativo e Financeiro à ÓRGÃO, Fonte de Recurso nº XXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Anápolis, XX de XXXXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 01125.00002875/2025-03

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Prefeitura Municipal de Anápolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, nomeado(a) pela Portaria nº 528, de 29 de agosto de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202. , processo administrativo n.º 01125.00002875/2025-03, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 52.132, de 20 de agosto de 2025 do Município de Anápolis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhões, com motorista, para atender à Administração Pública do Município de Anápolis, sob demanda, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos do Pregão Eletrônico n.º xxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor			
	Especificação	Unidade	Valor Unitário	Valor total
X				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação – SEMAD.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- 3.2.1. Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente;
- 3.2.2. Secretaria Municipal de Esportes;
- 3.2.3. Secretaria Municipal de Cultura.
- 3.2.4. Companhia Municipal de Trânsito e Transporte

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

4.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025..

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último,, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, na forma de termo aditivo, desde que comprovado as condições e o preço vantajoso, conforme § 1 do artigo 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, nos termos do Art. 12 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços nos termos do parágrafo único do art. 22 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

5.5. A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.7.1. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
- 5.7.2. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.
- 5.7.3. Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:
- 5.7.3.1. o registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 5.7.4., nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, todos do Decreto Municipal nº 52.132/2025;
 - 5.7.3.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 5.7.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
 - 5.7.3.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
- 5.7.4. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.
- 5.7.5. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.
- 5.7.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item 5.7.4, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 5.7.7. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 5.7.8. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas

condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura válida (física digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. O registro a que se refere o item 5.7.3.1. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.3.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.12.1. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.13. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.14.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração, conforme art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Conforme artigos 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

6.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- 6.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 6.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 6.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.9. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.
- 6.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.
- 6.13. Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.
- 6.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas condições prevista no § 4º do Decreto Municipal nº 52.132/2025, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Conforme artigo 21 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

8.2. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2.1. O remanejamento somente será feito:

8.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.3. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2.4. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.

8.2.5. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

8.3. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Conforme artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

9.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1. for liberado;

9.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.5. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
ou

9.2.6. não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.3.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

9.3.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, conforme Decreto Municipal nº 48.980/2023.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço conforme inciso X do artigo 5º do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



ANEXO DA ATA
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANÁLISE DE RISCOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, COM E SEM OPERADOR/MOTORISTA, PARA ATENDER À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, SOB DEMANDA

ETAPA: FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA	
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Subdimensionar a quantidade de horas necessárias à execução dos serviços.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, quantidade e prazo de início e conclusão.

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Estudos preliminares deficientes.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Procedimento de contratação fracassado, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo de compra ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos necessários para prevenção
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir possíveis deficiências caso sejam detectadas nos estudos preliminares.

ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Falha na elaboração do termo de referência.	

PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Procedimento de contratação fracassado, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo de compra ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos necessários para prevenção
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisão do termo de referência com inclusão das instruções ausentes.

ETAPA: APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
() Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de aprovação do termo de referência.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(x) Baixa () Média () Alta
DANO:	Atraso na contratação do objeto.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	
(x) Departamento de Licitação e Contratos	
() Gestão do Contrato	
RISCO: Restrição da competitividade, impugnação do edital.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Atraso ou anulação da contratação. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Submissão do processo a análise da Procuradoria Jurídica. Verificar a existência de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Diretoria de Compras e Licitações.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Readequação do edital com retirada de cláusulas nulas e/ou restritivas.

RESPONSÁVEL:	Diretoria de Compras e Licitações.
---------------------	------------------------------------

ETAPA: PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO EDITAL	
(x) Departamento de Licitação e Contratos () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de publicação do edital.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO:	Anulação dos atos praticados.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item “publicação/divulgação do edital”.
RESPONSÁVEL:	Diretoria de Compras e Licitações.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação de credenciamento de empresas.
RESPONSÁVEL:	Diretoria de Compras e Licitações.

ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	
(x) Departamento de Licitação e Contratos () Gestão do Contrato	
RISCO: Não assinatura do contrato.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Reunião de iniciação de execução de serviços para orientações técnicas que se fizerem necessárias.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Descredenciamento de empresas por situações inesperadas, convocação das demais credenciadas.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato

ETAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	
(x) Departamento de Licitação e Contratos () Gestão do Contrato	
RISCO: Falta de publicidade do ato administrativo.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(x) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Extrato de contrato contendo todas as informações pertinentes
RESPONSÁVEL:	Diretoria de Compras e Licitações
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.
RESPONSÁVEL:	Diretoria de Compras e Licitações

ETAPA: DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	
RISCO: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação dos fiscais/gestor do contrato.
RESPONSÁVEL:	SEMOHPUMA
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.
RESPONSÁVEL:	SEMOHPUMA

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	
RISCO: Execução em desacordo com o contrato.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar e solicitar a resolução imediata.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar sanções previstas no contrato.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos

RISCO: Não reposição de mão de obra ausente.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar imediatamente a contratada para reposição/convocação das demais credenciadas.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Abertura de procedimento administrativo e aplicar penalidades previstas na legislação.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos.

ETAPA: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	

RISCO: Restrição da competitividade, impugnação do edital.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos

ETAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.	
PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (x) Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos

ETAPA: REPACTUAÇÕES/REAJUSTES DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio do contrato; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; Análise inadequada das planilhas; Jogo de planilha.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos

ETAPA: PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	

RISCO: Não retenção dos valores dos impostos, encargos patronais e da conta vinculada.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO:	Responsabilização subsidiária e substituição tributário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos/SEMEC
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos/SEMEC

ETAPA: SANÇÕES	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	
RISCO: Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos.

ETAPA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato	
RISCO: Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a existência de pendências na execução do objeto contratado.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, exigir correções, ineficiência ou reter valores até o limite do ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contratos/Gestor de Contratos